



**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA**

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 5ª LEGISLATURA

**ATA CIRCUNSTANCIADA DA 74ª
(SEPTUAGÉSIMA QUARTA)
SESSÃO ORDINÁRIA, TRANSFORMADA EM COMISSÃO
GERAL PARA DEBATER O PROJETO DE LEI
COMPLEMENTAR Nº 46/2007 – PDOT,
DE AUTORIA DO PODER EXECUTIVO,**

EM 10 DE SETEMBRO DE 2008.

Publicação contida no DCI nº 179 de 06/10/08.
Senador Luiz Otávio Matrícula: 1173137



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 09 2008	15h10min	74ª ORDINÁRIA/COMISSÃO GERAL	1

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) – Há número regimental. Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Em razão da aprovação do Requerimento nº 1.126, de 2008, de autoria da Comissão de Assuntos Fundiários, da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo e da Comissão de Constituição e Justiça, a presente sessão ordinária será transformada em comissão geral, para debatermos o Projeto de Lei Complementar nº 46, de 2007, de autoria do Poder Executivo, que trata do Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal.

Neste momento, a fim de se fazer a transformação da presente sessão ordinária em comissão geral, a Presidência vai suspender os trabalhos por alguns instantes, para a montagem da Mesa.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 15h12min, a sessão é reaberta às 15h13min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) – Está reaberta a sessão.

(A sessão transforma-se em comissão geral.)

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) – A presente comissão geral será comandada pelas seguintes comissões: Comissão de Assuntos Fundiários, Comissão de Constituição e Justiça e Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo, representadas pela Deputada Eurides Brito e pelo Deputado Batista das Cooperativas.

Convido para fazer parte da Mesa o Exmo. Sr. Secretário Cássio Taniguchi; o Presidente do Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos, Sr. Gustavo Souto Malor; o Ministro Brandão Cavalcante; o Conselheiro Titular Dr. George Guilherme Francisconi; e o nosso Secretário, Deputado Rôney Nemer.

Boa-tarde. É com satisfação que damos início aos nossos trabalhos, saudando os nossos convidados e agradecendo suas presenças.

Nesta tarde, iniciamos mais uma reunião, uma comissão geral, para tratar do Plano Diretor de Ordenamento Territorial. Primeiramente, faremos uma apresentação apenas para introduzir o assunto. Solicito que o primeiro quadro seja apresentado e distribuído aos participantes da Mesa.

Durante o primeiro semestre, as três comissões autoras realizaram onze audiências públicas. Agrupamos nossa análise dessas onze audiências neste quadro.

Vários temas foram apresentados: ambiente, emprego e renda, equipamentos, formatação, habitação, parte legal, macrozoneamento, participação, patrimônio cultural, planejamento, polígono de RA, regularização, rural, transporte,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 09 2008	15h10min	74ª ORDINÁRIA/COMISSÃO GERAL	2

uso do solo e assuntos variados. A quantidade de sugestões foi em torno de 672; pertinentes aos PDOT, 547. Destas sugestões, foram atendidas 241 e, parcialmente, atendidas 41, um percentual de 51,55.

No próximo quadro, vamos trazer a debate os principais temas abordados e os pontos de conflito observados durante as audiências. O primeiro ponto foram as manifestações contrárias ao desenho da Zona de Contenção Urbana apresentado na sugestão do Executivo por parte de organizações ambientalistas e representantes do setor rural. O segundo ponto foram as manifestações também contrárias à eliminação ou redução de Áreas de Preservação de Mananciais apresentadas na sugestão do Executivo por parte de organizações ambientalistas e representantes do setor rural. Também há manifestações contrárias à criação do Setor Catetinho e reivindicações do setor rural e do Ministério Público quanto à regularização das terras rurais; preocupações quanto aos conflitos no processo de implantação do Setor Noroeste; sugestões da área ambiental do Governo para a incorporação dos conselhos ambientais na estrutura do Sistema de Planejamento; críticas com relação ao desenho das Unidades de Planejamento Territorial; preocupações quanto à capacidade de abastecimento de água e de esgotamento para as novas áreas urbanas propostas.

Explicações do Governo que dirimiram o impasse das seguintes questões: esclarecimentos de que o conceito de Zona de Contenção Urbana não corresponde a uma área de expansão; apresentação de critérios rígidos de ocupação com baixíssima densidade; explicação de que são urbanas para permitir a cobrança de tributos com alíquotas elevadas e permitir a fiscalização e a aplicação de penalidade; esclarecimentos de que há capacidade de abastecimento de água e de esgotamento para as novas áreas urbanas propostas; audiência ambiental com a participação do IBRAM, da CAESB, da ADASA e da SEDUMA; esclarecimentos sobre o conceito de Áreas de Preservação de Mananciais, compreendendo que não são unidades de conservação e, sim, de proteção dos pontos de captação de água; esclarecimentos sobre o Setor Catetinho, trazendo estudos ambientais que determinarão sua viabilidade; esclarecimentos do encaminhamento dos conflitos do Setor Noroeste; esclarecimentos da Terracap sobre o andamento da regularização das terras rurais.

Eis algumas questões em que já há consenso entre as três comissões: diante das manifestações nas audiências públicas, não acatar a sugestão do Poder Executivo de criação de grande Zona de Contenção Urbana ao longo da DF-140, deve ser mantido como consta no Projeto de Lei Complementar nº 46, de 2007, e o que era Zona de Contenção passa a ser Zona de Expansão e Qualificação; retirar a Zona de Contenção Urbana das bordas da Ceilândia; não acatar a sugestão do Poder Executivo de transformação do Núcleo Rural de Sobradinho I em Zona de Contenção Urbana; acatar a Zona de Contenção Urbana na área do São Bartolomeu, conforme sugestão do Poder Executivo; não acatar a sugestão do Poder Executivo de eliminar as APMs Cachoeirinha e São Bartolomeu; acatar a redução da APM Gama, Alagado e



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 09 2008	15h10min	74ª ORDINÁRIA/COMISSÃO GERAL	3

Currais, conforme sugestão do Poder Executivo, avalizada pela CAESB; incluir diretrizes para a regularização das terras rurais e para a criação de Conselhos de Desenvolvimento Rural Sustentável, atendendo aos apelos do setor rural e do Ministério Público; incluir os conselhos ambientais na estrutura do Sistema de Planejamento, atendendo aos apelos das organizações ambientalistas e do Ministério Público; alterar o desenho das Unidades de Planejamento Territorial Oeste para incluir Brazlândia junto com Taguatinga, Ceilândia e Samambaia; incluir Águas Claras na Unidade de Planejamento Central Adjacente II, junto com Guará, SIA, SCIA e Núcleo Bandeirante, na bacia do Paranoá; alterar o desenho da Unidade de Planejamento Territorial Leste para incluir a região do Tororó junto com São Sebastião, Paranoá e Jardim Botânico; acatar sugestões de redação e correções de artigos e anexos que vieram do Poder Executivo, para melhorar o entendimento e a aplicação dos parâmetros urbanísticos do Plano Diretor.

Gostaríamos também de informar que já tramitam na Comissão cerca de cinquenta emendas, e mais ou menos quarenta sugestões. Essas emendas serão, a partir da semana que vem, protocoladas e farão parte do processo de discussão das três comissões.

Para breves considerações, concedo a palavra ao nosso Secretário de Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente do Distrito Federal, Deputado Federal Cássio Taniguchi.

SR. CÁSSIO TANIGUCHI – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Quero cumprimentar os componentes da Mesa: a Deputada Eurides Brito; o Deputado Batista das Cooperativas; o nosso Ministro Henrique Brandão Cavalcante, Presidente do IBRAM; o Sr. Gustavo Souto Maior; o nosso Conselheiro do CONPLAN, George Guilherme Francisconi. Cumprimento também todos os presentes, o Deputado Rogério Ulysses, representante de São Sebastião; a nossa equipe técnica que aqui se faz presente; bem como todos os participantes desta comissão geral.

Esta reunião que dá início ao processo de tramitação do PDOT, um Instrumento fundamental para coordenar o desenvolvimento urbano do Distrito Federal, é muito importante. É também de fundamental importância destacar que, há três anos, o PDOT aprovado em 1997 tem sido amplamente discutido e debatido, ao mesmo tempo em que se fez também um apanhado das propostas e sugestões que apareceram durante essas mais de 165 reuniões, com a participação de quase 17.000 participantes.

É importante destacar uma nova visão do PDOT. O novo Plano Diretor passa a incorporar todos os mecanismos institucionais constantes do Estatuto das Cidades. Para que esses instrumentos fossem colocados no Plano Diretor, houve a necessidade de alterações na Lei Orgânica do Distrito Federal — por isso, houve atraso na tramitação —, que foram fundamentais, uma vez que esses dispositivos da Lei Orgânica conflitavam com aquilo que estava constante no Estatuto das Cidades.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 09 2008	15h10min	74ª ORDINÁRIA/COMISSÃO GERAL	4

Uma vez concluídos esses trabalhos e essas alterações, foi possível desenvolver um amplo trabalho e, desde a apresentação do Projeto de Lei Complementar nº 46, de 2007, houve uma série de alterações tanto por parte do Poder Executivo quanto por parte das várias audiências públicas realizadas pela Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Os pontos mais significativos, falando rapidamente, seria o desenvolvimento desse novo Plano Diretor de Ordenamento Territorial como instrumento básico da política urbana territorial definida pelo Estatuto das Cidades. Ele também se ajusta à cidade real, uma vez que irá possibilitar a regularização de diversos assentamentos que aconteceram ao longo de todos esses anos, especialmente nas áreas rurais, que foram fracionadas, divididas e, muitas vezes, vendidas sem muito critério, principalmente em relação às questões ambientais.

Portanto, o Plano Diretor possibilita definir uma legislação urbanística que vai dar consistência à regularização desses assentamentos. Também é importante destacar que o Governador Arruda, por meio da criação do Grupá, busca agilidade na regularização desses assentamentos.

A cada final de semana, tem-se não só os licenciamentos ambientais, por meio do IBRAM, como também a possibilidade de se escriturar e regularizar esses assentamentos. Da mesma forma, o PDOT propõe a utilização mais racional dos recursos hídricos, uma vez que Brasília se localiza em uma região extremamente delicada aqui no Cerrado. E a proposta é de que o Distrito Federal seja abastecido, sobretudo, pelo sistema São Sebastião e Descoberto, auxiliados futuramente pelo sistema Corumbá IV, que deverá entrar em funcionamento a partir de 2011.

Da mesma forma, será feita uma avaliação consistente. Isso foi amplamente demonstrado na audiência da Câmara Legislativa relativa à questão ambiental. Dados da CAESB, da ADASA mostram os cuidados que estão sendo tomados pela administração distrital na questão de novos parcelamentos e novas ocupações.

Também há uma prioridade em termos de adensamento habitacional e de serviços, ao longo dos eixos e transportes, principalmente em relação ao metrô. Em vez de se expandir mais ainda a malha urbana, se dará prioridade à melhor utilização da infra-estrutura existente, especialmente de transporte público. Também favorece uma configuração mais compacta da própria cidade e que, comprovadamente, significa um menor consumo de água e menor necessidade de infra-estrutura.

Só para se ter idéia, em Taguatinga, por exemplo, o consumo per capita diário de água é da ordem de 195 litros, se comparado com os 550 litros que cada habitante consome no lago Sul.

O PDOT também favorece e estipula a Implantação de um sistema de transporte público mais eficiente, por meio da estruturação e da criação das centralidades respaldadas também nos planos anteriores. Isso poderá promover, paulatinamente, a descentralização econômica e a criação de novas oportunidades



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 09 2008	15h10min	74ª ORDINÁRIA/COMISSÃO GERAL	5

de trabalho, principalmente nas cidades que compõem o Distrito Federal, reduzindo, conseqüentemente, o movimento pendular com picos de transporte de passageiros das cidades para o Plano Piloto, justamente nos períodos mais críticos, que são pela manhã e pela tarde.

Essa providência irá também elevar índices de passageiros por quilômetro, dando conseqüência a uma possível redução de tarifas no futuro. Também expande o sistema de transporte, Deputado Leonardo Prudente, para a região Sul, Leste e Norte do Distrito Federal. São diretrizes já estabelecidas para que os futuros sistemas de transporte – além do Brasília Integrada – possam atender a essas regiões. Cria, também, novas vias de articulação e estruturação dos parcelamentos dispersos que aconteceram em várias áreas do Distrito Federal.

Por outro lado, o PDOT simplifica a gestão urbana e a normatização urbanística, busca definir as unidades de planejamento, dando mais organicidade a elas, como foi dito aqui pelo Deputado Benício Tavares. Essas unidades de planejamento, por conseqüência – por meio das sugestões da área ambiental –, buscam se conciliar com as bacias hidrográficas do Distrito Federal, dando maior consistência e organicidade ao planejamento.

Também sintetiza os índices urbanísticos. Aqui em Brasília, muitas vezes, o zoneamento é feito lote a lote, o que complica tremendamente a definição e a constatação das Irregularidades em função da impossibilidade de se cumprir um zoneamento tremendamente engessado. Indica, também, o conteúdo mínimo para a futura lei de uso e ocupação do solo. Não foi possível estabelecer no Plano Diretor de Ordenamento Territorial o que a maioria das cidades brasileiras fazem: um zoneamento consistente. A lei de uso e ocupação do solo encontra-se em fase de tramitação, sob o enfoque de licitação para a contratação desse estudo.

O PDOT propõe, também, um sistema de espaços livres e articulados, principalmente para garantir a interligação ambiental do território. Daí a criação dos conectores ecológicos, bem como a delimitação até mesmo de pequenas unidades de áreas verdes ou de áreas de grande impacto ambiental, para que se criem os corredores ecológicos, a fim de haver troca de fauna e flora ao longo desses espaços.

Define o zoneamento em categorias especiais para áreas com restrição ambiental, em concordância com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – o famoso SNUC. Cria a macrozona de proteção integral, que abarca unidades de conservação e proteção integral. Temos como exemplos: Estação Ecológica do Jardim Botânico, Reserva Ecológica do IBGE, ARIE Capetinga e Taquara, e uma porção da Fazenda Água Limpa, da UnB, que juntamente com o Parque Nacional e o Parque das Águas Emendadas, são áreas núcleo da reserva e biosfera do Cerrado. Por sinal, estamos celebrando, nesta semana, a biosfera do Cerrado. Criam-se áreas



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 09 2008	15h10min	74ª ORDINÁRIA/COMISSÃO GERAL	6

de interesse ambiental que abarcam as várias unidades de conservação de uso sustentável.

O PDOT propõe a descentralização das atividades econômicas do Distrito Federal, criando áreas na quais serão geradas novas oportunidades de emprego para a população do Distrito Federal e também do Entorno. Propõe eixos de dinamização em locais específicos, onde já existam embriões de centros de atividades e em espaços próximos aos fluxos metropolitanos, isto é, junto a áreas de grande acessibilidade com os municípios limítrofes – como o Entorno do Distrito Federal – e em localidades em que residam grande contingente populacional, justamente para possibilitar geração de emprego e renda junto à moradia, evitando que a pessoa se desloque para o Plano Piloto, uma vez que aqui, no Plano Piloto, concentram-se 70% dos empregos, fato que gera esse movimento pendular.

Cria mecanismos para garantir a preservação do patrimônio cultural. Portanto, valorização do conjunto urbano tombado, definindo-se uma zona urbana do conjunto tombado e a sua zona envoltória, ou seja, uma zona de uso controlado para que sejam, permanentemente, respeitadas as características paisagísticas ambientais do Patrimônio Cultural da Humanidade. Propõe também um conjunto de ações para os espaços com importância histórica e artística. Lembro que está em licitação a contratação do plano relativo ao conjunto urbano tombado da área de preservação do Patrimônio Cultural da Humanidade.

O PDOT avança também na definição das diretrizes para a utilização da terra rural; estimula a manutenção dos enclaves rurais em meio a áreas urbanizadas a partir de contratos especiais de concessão de uso e benefícios tributários, ou seja, o IPTU terá mesmo valor relativo ao ITR – Imposto Territorial Rural, mesmo se o imóvel for situado em zona urbana. Portanto, não haverá prejuízo às pessoas que desenvolvem atividades agrícolas, mesmo que dentro da área urbana, respeitados os parâmetros relacionados com o módulo mínimo.

O PDOT define também um conjunto de atividades que estimulam o desenvolvimento rural, considerando as fragilidades e as limitações ambientais das áreas rurais em função das bacias hidrográficas em que elas estão inseridas. Da mesma forma, reconhece a multifuncionalidade dos espaços rurais, que inclui, além da agricultura, pecuária, extrativismo vegetal, o turismo rural, o ecoturismo, a agroindústria, o artesanato, entre outros.

O PDOT também cria o Pólo de Agronegócios, visando consolidar a vocação da Bacia do Rio Preto, bem como o grande Centro de Produção Rural do Centro-Oeste. Em relação à área rural, também é importante destacar os aglomerados urbanos que compõem hoje as agrovilas. Há uma forte intenção do Governador Arruda em tratar essas agrovilas como *ecovillages*, ou seja, vilas ecológicas, oferecendo total sustentabilidade do ponto de vista ambiental a essas aglomerações.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 09 2008	15h10min	74ª ORDINÁRIA/COMISSÃO GERAL	7

Também garante a participação popular representativa de cada uma das unidades de planejamento nas principais decisões do planejamento urbano. Nos Conselhos Locais de Planejamento e nos Conselhos das Unidades de Planejamento, participarão representantes das diferentes categorias profissionais. Segmentos, sociedade, conselhos, movimentos ambientalistas, diferentes organizações não-governamentais, entre outros, poderão representar a sua Região Administrativa, ou a sua Unidade de Planejamento, junto ao CONPLAN, se assim forem eleitos em seus respectivos conselhos.

Diferentemente do que acontece hoje no CONPLAN, o PDOT define a representação da sociedade civil a partir de processos eletivos em todas as instâncias deliberativas, desde o Conselho Local de Planejamento, que reúne várias regiões administrativas, passando pelo Conselho da Unidade de Planejamento, até chegar ao CONPLAN. Dessa forma, estará assegurada a participação efetiva e legítima da sociedade organizada.

Quanto ao processo de participação popular na definição do PDOT, desde 2005, quando foram iniciadas as discussões e os estudos, o Governo do Distrito Federal realizou mais de 165 reuniões locais e regionais e três audiências públicas gerais, que reuniram cerca de 17 mil participantes, além das 11 ou 12 reuniões que a Câmara Legislativa do Distrito Federal realizou com ampla participação popular. E a adesão popular nos debates sobre a revisão do PDOT também pode ser confirmada pela significativa participação dos diferentes segmentos da sociedade, como o Conselho de Desenvolvimento Rural, movimentos ambientalistas, organizações não governamentais, e assim por diante.

Portanto, esse é um resumo rápido sobre este processo de discussão e apresentação do PLC nº 46, que representou o coroamento destas discussões. Também, finalmente, conseguiu-se criar as condições para que possamos ter um PDOT que represente efetivamente a vontade popular, com discussão em todos os segmentos da comunidade; isso foi amplamente discutido. Eu tenho a satisfação de dizer que essas discussões foram extremamente úteis. As sugestões e propostas que nos chegaram foram todas estudadas, discutidas, debatidas, apresentadas ao público através da internet, através do nosso *site*, o que possibilitou ampla discussão.

Portanto, Sr. Presidente, senhores membros da Mesa, fico extremamente grato pela oportunidade dada para esta rápida exposição, momento em que me coloco à disposição de todos.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) – Eu gostaria apenas de informar que há uma pequena diferença entre audiência pública e esta comissão geral. A intenção desta comissão geral é propiciar um debate com os Deputados e com setores do Governo que estão à frente desta questão, para que possamos iniciar efetivamente uma discussão dos temas que são principais neste debate.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 09 2008	15h10min	74ª ORDINÁRIA/COMISSÃO GERAL	8

Então, gostaria de agradecer a presença do nosso Líder de Governo, Deputado Leonardo Prudente; do Líder do PT, Deputado Cabo Patrício; do Deputado Reguffe, que já esteve aqui; do Deputado Rogério Ulysses também, do Deputado Geraldo Naves, do Deputado Paulo Tadeu. Pedimos desculpas às pessoas, pois o plenário está reservado aos Deputados. Portanto, estamos aguardando a presença dos Parlamentares para que possamos proceder este debate com S.Exas. e com as autoridades aqui presentes.

Por isso, o nosso pedido de desculpas às pessoas que entendam estar o espaço vazio. Mas assim está porque é um espaço reservado aos Deputados para o debate.

Neste momento, gostaria de ouvir o Ministro Henrique Brandão Cavalcante, para que possa dar o seu relato a respeito da tramitação deste projeto no âmbito do CONPLAN.

Concedo a palavra ao Sr. Henrique.

SR. HENRIQUE BRANDÃO CAVALCANTE – Sr. Presidente, eu farei apenas breves considerações, porque o assunto já foi amplamente discutido pelo CONPLAN. Existem elementos adicionais que esclarecem algumas dúvidas que permaneceram pendentes no processo de discussão.

Em primeiro lugar, eu gostaria de fazer uma referência à maneira democrática com que este assunto está sendo conduzido. Na realidade, embora existam sempre visões distintas a respeito dos destinos e dos parâmetros a serem adotados para a ocupação territorial do Distrito Federal, mesmo porque abriga a Capital da República, esse ente federativo não deixa de ser um símbolo e uma referência para o resto do país. Então, essa característica muito particular – inclusive porque aqui está presente o próprio Governo Federal – dá muito mais responsabilidade e, portanto, uma expectativa legítima com relação às normas, diretrizes e ações que levarão desse plano.

Eu, pessoalmente, como sou engenheiro e tenho, entre outras áreas, a área ambiental, procurei olhar sob esse prisma particular, e sabemos que, por ser um território de dimensões finitas, alguns dos recursos naturais estarão sempre sob uma certa ameaça. Essas considerações têm que ser levadas em conta, porque não se está fazendo um planejamento apenas para o tempo presente, mas com uma visão de futuro. Talvez, em função desse exercício, deva ser redigido um novo documento, que tenha um caráter filosófico e que, portanto, terá uma repercussão e merecerá um diálogo entre determinados segmentos da população que aqui residem. Evidentemente, essas questões vão além dos aspectos urbanísticos; elas estão relacionadas à própria estrutura político-territorial do Distrito Federal.

Em um contato recente que mantive com o Secretário Cássio Taniguchi, eu, como sou mais antigo – provenho do antigo Distrito Federal –, acho que há algumas lições que poderemos aprender, umas positivas e outras não, sobre o que ocorreu



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 09 2008	15h10min	74ª ORDINÁRIA/COMISSÃO GERAL	9

com o antigo Distrito Federal. Lembro-me perfeitamente de que, há uns 50 anos, foram criadas subprefeituras no velho Distrito Federal. Eram áreas não somente de administração, mas de planejamento, com uma característica específica, onde cada subprefeitura tinha a presença de um representante de cada uma das secretarias do governo. Então, havia uma perfeita coincidência territorial na subdivisão territorial, com o agente executivo para aquela subárea específica.

São pontos como esse que não precisam, necessariamente, ser incluídos. Essa questão é mais para uma reflexão de médio prazo e, portanto, vai apenas como uma sementinha, para que isso não seja apenas um documento mudo, mas um exemplo de um diálogo permanente, já que houve esse esforço de organização da sociedade em toda uma proposta que não poderá ser perfeita, não poderá, evidentemente, satisfazer a todos os interesses. Essa proposta deve visar, espero eu e meus companheiros do CONPLAN, a uma visão cada vez mais clara dos destinos e do futuro do Distrito Federal.

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) – Concedo a palavra ao Sr. George Guilherme Francisconi.

SR. GEORGE GUILHERME FRANCISCONI – Sr. Presidente, senhores membros da Mesa, obrigado pela oportunidade. Na mesma linha do Dr. Henrique, serei extremamente breve.

Fundamentalmente, quero enfatizar que o PDOT é um instrumento de gestão, não é uma coleta de reivindicações e expectativas. E acho que esse é um cuidado essencial para separar, distinguir a etapa de auscultar a comunidade e a etapa de deliberar sobre o conteúdo que está escrito.

Na verdade, temos que dar ao Executivo e fiscalizá-lo como o gestor construtor da cidade. Não adianta colocar expectativas inaceitáveis ou superpor expectativas que, posteriormente, levam o Executivo à inércia. Muitas vezes acusamos o Executivo de inércia, mas ele fica paralisado pela quantidade de demandas conflitantes que não foram resolvidas. Esse, acho, é o aspecto central, em um momento em que há muita expectativa. Obviamente, cada comunidade é, no fundo, muito egoísta. Toda comunidade quer o seu próprio bem, e o papel desta Casa é conseguir um somatório de objetivos maiores e atendimento a esses egoísmos, para que tenhamos uma cidade bem construída.

Brasília tem, também, algo especialíssimo. Acho que, no âmbito brasileiro, é a cidade que apresenta uma melhor equação urbano-ambiental. Essas zonas de contenção propostas são um equívoco. Os impostos nessas áreas seriam menores que em áreas urbanas e maiores que em zona rural, para fazer exatamente a transição desse fator.

O Plano Diretor é urbano, não é rural. Temos de construir Brasília. Hoje de manhã, eu me divertia vendo o Google e superpondo perímetro de Paris sobre o perímetro do Plano Piloto. A grande linha periférica de Brasília termina nas quadras



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 09 2008	15h10min	74ª ORDINÁRIA/COMISSÃO GERAL	10

quatorze. Se eu fizer um círculo e colocar, em cima do Plano Piloto, a Paris, que todos desejamos como ideal de vida, caberá dentro desse espaço. Cabe a nós ajudarmos o Governo nesse ambiente urbano e reivindicar do próprio Governo que ele seja construído. Para mim, essa é a primeira grande questão da Brasília urbana e ambiental. Precisa haver uma valorização disso. A cidade é um fato econômico, e não há como fugir disso. Não há espaço para utopias, porque elas não terão sustentabilidade em longo prazo. Temos de equacionar isso muito bem.

O segundo grande problema que enfrentamos em Brasília é que a cidade é patrimônio histórico e, ao mesmo tempo, uma metrópole. A baixada goiana, gradativamente, vai se transformar em um peso tanto do lado social, como do lado ambiental e do lado dos serviços públicos. Não adianta pensarmos no Plano Piloto como algo isolado, pois não é. É urgente que se consiga uma solução de gestão e institucional para resolver esse aspecto.

Finalmente, creio que, se a Câmara Legislativa, com o apoio das comunidades, da população e dos quadros técnicos, que são fundamentais nesse momento, conseguir um plano diretor que nos oriente na cidade que queremos – um plano diretor que efetivamente possamos construir –, teremos dado um grande passo. Os planos diretores não evoluíram muito de conteúdo nos últimos anos. Eles estão se transformando em documentos de grandes expectativas e baixa capacidade instrumental de responder a essas expectativas.

Obrigado, Sr. Presidente, demais membros da Comissão, Deputada Eurides Brito. Agradeço a oportunidade de apoiar e ver o trabalho do meu amigo Cássio Taniguchi.

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) – Concedo a palavra ao Sr. Gustavo Souto Maior, representando o IBRAM.

SR. GUSTAVO SOUTO MAIOR – Boa tarde a todos. Cumprimento o Deputado Benício Tavares, que coordena esta Comissão, os demais membros da Mesa, o pessoal que veio assistir a esse trabalho.

Minhas considerações serão bem rápidas. Em primeiro lugar, penso que o Plano Diretor é um instrumento que exige um tremendo esforço por parte do Poder Público. É um instrumento de acordo entre a sociedade, que tem uma visão extremamente díspar entre vários segmentos sociais. A visão do que quero para Brasília, para o Distrito Federal, é muito distinta da visão de um cidadão que, por exemplo, mora em Samambaia, que não tem casa própria, que não tem as condições de vida adequadas. São situações absolutamente distintas, mas, no Plano Diretor, temos de tentar fazer um grande acordo entre a sociedade, que não é feita só de ambientalistas, de construtores, de ruralistas. Todos os segmentos têm de ser contemplados de alguma forma na elaboração do instrumento que norteará o uso e a ocupação do solo no Distrito Federal. Aqui, existem algumas situações peculiares que devem ser levadas em consideração.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 09 2008	15h10min	74ª ORDINÁRIA/COMISSÃO GERAL	11

Em primeiro lugar – e aqui não estou puxando brasa para a sardinha de onde eu trabalho, a área de meio ambiente –, acho que todo plano de uso e ocupação do solo, seja em Brasília ou em qualquer lugar do planeta, tem de levar em consideração primordialmente a questão ambiental, pois é da natureza que vêm os recursos naturais para produzirmos nossos bens, para consumirmos nossos bens, e é para a natureza que devolvemos os nossos dejetos, as nossas poluições. Enfim, o meio ambiente é fundamental em qualquer plano de uso e ocupação do solo, em qualquer plano econômico, porque dependemos dele para fazermos qualquer coisa na nossa sociedade. Ou seja, sem água, sem bons solos, sem a natureza preservada, não haverá construções, agricultura, não teremos nada. Então, esse é o primeiro ponto em que devemos nos basear.

No caso específico do Distrito Federal, temos uma situação mais peculiar ainda. O Distrito Federal, praticamente todo ele, é uma grande unidade de conservação, é uma grande área protegida do ponto de vista ambiental. Se considerarmos a Área de Proteção Ambiental do Planalto Central, praticamente 90% do território são constituídos de áreas protegidas do ponto de vista ambiental. Essa é uma peculiaridade de Brasília, uma peculiaridade, a meu ver, muito boa, muito saudável, muito importante para nossa população e que deve ser levada em consideração na elaboração do nosso plano diretor.

Outro dado é que estamos em um bioma, o Bioma Cerrado, que hoje em dia, no Brasil, é o bioma mais ameaçado, mais aviltado, que tem mais problemas, muito mais problemas, por exemplo, que a Floresta Amazônica, dado o grau de devastação que ocorre no Cerrado e a velocidade vertiginosa com que essa devastação ocorre.

No Distrito Federal, essa situação não é diferente. Se considerarmos do início de Brasília até a data de hoje, já perdemos praticamente 70% do Cerrado que havia. Hoje em dia, praticamente de Cerrado, temos as unidades de conservação que compõem a zona nuclear da Reserva da Biosfera do Cerrado: a Estação Ecológica de Águas Emendadas, o Parque Nacional de Brasília, a Reserva Ecológica do IBGE, a Fazenda Água Limpa, da Unb, e a Estação Ecológica do Jardim Botânico. Isso é algo bastante sério. Temos de ter juízo ao tratarmos dessa questão, porque não queremos que daqui a dez, quinze, vinte anos a minha filhinha Leticia, que está com um ano e meio de idade, não conheça nenhum metro quadrado de Cerrado aqui no Distrito Federal. Temos que tentar preservar o que ainda temos e tentar recuperar o que já perdemos.

Do ponto de vista da elaboração do PDOT, não só existem divergências no seio da comunidade – ou seja, ambientalistas, diversos ruralistas, os que precisam de casa e moradia; isso é muito saudável e faz parte da sociedade, na sociedade não é todo mundo igual –, mas também no âmbito do Governo há algumas divergências, havia muitas, o que também é muito salutar, a área de meio ambiente vê de um jeito, a área de agricultura vê de outro, mas esse acordo, no âmbito do Governo do Distrito Federal, foi negociado e obtido, e para minha satisfação, ao verificar os *slides*



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 09 2008	15h10min	74ª ORDINÁRIA/COMISSÃO GERAL	12

apresentados, observei que vários – praticamente o fruto desse acordo que houve, a discussão entre a SEDUMA, o IBRAM, a CAESB, a ADASA e outros órgãos do Distrito Federal – desses pontos de acordo estão sendo contemplados pela Câmara Legislativa do Distrito Federal, isso é algo muito positivo. Obviamente pode haver ainda pontos que necessitam de maior debate, de um aprimoramento maior, mas estamos avançando, com certeza, para algo bem melhor do que foi feito há alguns meses.

Finalmente, nós – eu moro aqui em Brasília há trinta anos, sou carioca, hoje em dia sou um candango de coração – não queremos uma cidade que não seja uma cidade planejada. Obviamente a cidade cresce, a população aumenta, precisamos realmente criar condições para absorver o contingente populacional com boa qualidade de vida, mas nós não queremos uma cidade, por exemplo, que tenha seiscentos parcelamentos irregulares do solo, como é o caso do Distrito Federal atualmente. Nós não queremos uma cidade na qual tenhamos de remover à força – como estamos tendo de fazer atualmente, começando a fazer – casas e pessoas de áreas de preservação permanente, porque o Poder Público permitiu que pessoas construíssem irregularmente em áreas que são proibidas, do ponto de vista da nossa legislação.

Eu acho que o PDOT deve ter essa preocupação, e está tendo, de termos uma cidade planejada, que tenha um futuro bem mais claro, muito mais bonito e muito mais azul, do que termos de retirar casas daqui a alguns anos, demolir coisas, impedir pessoas de morarem, com as suas construções já consolidadas, em áreas que são prejudiciais do ponto de vista ambiental, urbanístico e fundiário.

Enfim, são essas as rápidas palavras que eu queria colocar aqui de início, e agradeço o convite feito para o IBRAM estar aqui presente, colocando-o, naquilo que for possível atender, à disposição de todos vocês. Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) – Agradeço e informo que amanhã também teremos o debate da Comissão Geral, e os nossos convidados serão o nosso colega e Deputado Distrital, Secretário de Habitação, Deputado Paulo Roriz; o Presidente ou representante da CAESB, Fernando Leite; e também o Secretário dos Transportes, o Deputado Federal Alberto Fraga.

Concedo a palavra à Deputada Eurídes Brito.

DEPUTADA EURIDES BRITO – O meu pronunciamento é no sentido de – até porque, na nossa posição, não temos ainda um relatório concluído, então não tenho o que expor ainda em cima de um relatório – chamar a atenção para alguns pequenos pontos apresentados pelo Deputado Benício Tavares.

Mas, antes disso, eu quero fazer uma proposição, logo agora. É que a sistemática desta reunião, como bem explicou o Deputado Benício Tavares, é de reunião técnica com o corpo de Parlamentares, para fazer agora esse estreitamento de relações e troca de idéias. Mas eu ia pedir para que a Presidência desta Mesa



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 09 2008	15h10min	74ª ORDINÁRIA/COMISSÃO GERAL	13

autorizasse que fossem tiradas cópias para distribuir ao pessoal que está na galeria e não está no auditório – pois não era este, como foi explicado, o objetivo –, para que eles pudessem acompanhar todas essas questões estabelecidas. Que fossem distribuídas a eles cópias desse material: essa seria a primeira providência a pedir à Mesa. Está deferido?

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) – Deferido.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Então, será tomada a providência para que essas cópias sejam feitas e cheguem às mãos das senhoras e dos senhores, para que possam, inclusive, estabelecer ou tomar conhecimento daquilo que se configura como um pré-projeto, um esboço de um relatório.

Ainda digo também, dando outra informação muito importante, que nós vamos, depois dessas duas reuniões, abrir a temporada de emendas no plenário. Então todos vão ter oportunidade de ainda procurar, para uma coisa ou outra que vêem que não está devidamente atendida ou foi omitida, ou qualquer coisa assim, os Parlamentares do seu relacionamento para que eles transformem esses anseios em emendas. São coisas que ainda, Deputado Cabo Patrício, virão no período, oportunizando portanto essa participação.

Quando nós apresentamos as emendas em plenário, via de regra elas são apresentadas porque nos foram solicitadas por segmentos os mais diferentes; as emendas não nascem só porque um Deputado quer fazer uma. Então, não se fechou a porta, ainda, dessa participação, porque temos a das emendas. Agora, é evidente que temos um horizonte de prazos para terminarmos essa discussão.

Eu gostaria de chamar atenção ao primeiro quadro. Onde está o nosso assessor? Então, vou falar do quadro sem projetá-lo. Não faz mal, porque são dois detalhes pequenos. O assessor foi tirar cópias, as quais os senhores receberão, e o quadro estará entre elas.

O assunto mais ventilado nas onze audiências públicas, o que ocupou o primeiro lugar, foi o assunto regularização. Conforme os senhores verão, ele recebeu 121 manifestações. Fez-se a seleção temática e, dentro dela, o assunto regularização foi o que mais pesou no quadro de todo o material analisado. Em segundo lugar veio a questão ambiental, e em terceiro lugar – já com certo distanciamento –, a questão rural. Foram os três assuntos: primeiro lugar, regularização; segundo, questão ambiental; e terceiro, questão rural. Depois, vocês vão poder fazer o *ranking* com esse mapa que todos vão receber.

Já no percentual de atendimento por tema, inverte-se um pouco a questão. Enquanto a questão ambiental ocupou, em termos de proposições e de manifestações, o segundo lugar, ela ocupa o primeiro em termos de percentual de atendimento por tema. Regularização ocupa o segundo lugar; e a questão rural ocupa o terceiro. A habitação foi para o quarto lugar, mas me mantém apenas nos



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 09 2008	15h10min	74ª ORDINÁRIA/COMISSÃO GERAL	14

três primeiros lugares para não me demorar muito nessa análise, como os senhores verificarão no quadro.

Essa análise do quadro foi proposta para dar uma visão de percentual de atendimento por temas. Há percentuais extremamente significativos. Por exemplo, transporte: teve 71,43% das manifestações atendidas aqui; 78,5% das sugestões dentro da temática habitação foram encampadas, dando, portanto, um total de, no conjunto das manifestações recebidas nas onze audiências públicas, 51,55% de manifestações atendidas.

O que eu queria lembrar-lhes nessa rápida análise do quadro é aquilo que falei há pouco e que quero que fique marcado: não está nada fechado. As sugestões agora podem vir no período de emenda de plenário, porque já chegaram depois dessa organização. Já existem emendas que foram apresentadas nas Comissões por parte de Parlamentares. Cerca de cinquenta emendas estão tramitando entre as Comissões de Assuntos Fundiários, de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo e de Constituição e Justiça.

Agora, vamos abrir um novo prazo, que será o de emendas de plenário, em que não há limite para dizer "só podem ser apreciadas tantas emendas". O Deputado é livre para apresentar suas emendas, porque o desejo é dessa participação. É claro que existem pontos de conflitos. Não podemos, simplesmente porque entraram cinquenta e nove emendas, nos contentar ou alegrar um grupo porque cinquenta e nove foram atendidas. Se assim o fizéssemos, nós estaríamos criando luta entre elas, pois elas são conflitantes. Muitas coisas são conflitantes, elas não são consenso. Há dissenso entre as apresentações, entre as sugestões de emendas, sugestões de manifestações, como acontece nas emendas que tramitam agora nas Comissões. Quando começamos a formar uma tabela em cima delas, já se percebeu, também, conflito entre as próprias emendas.

Então, essas eram algumas das observações que eu gostaria de fazer. Vou devolver a palavra ao Presidente, para que S.Exa. continue a condução dos trabalhos.

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) – Houve uma pergunta solicitada à Mesa sobre quando teremos um texto.

Vejam bem, temos cinquenta emendas que estão sendo analisadas e ainda algumas sugestões. Feitas as análises, nós teremos condições de ter o texto. Só que esse texto não é tão difícil como os anexos e os mapas. No que se refere a isso, nós vamos pedir mais um tempo para que a SEDUMA possa fazer um trabalho, vamos dizer assim, uma colaboração no que se refere aos mapas, já que a Casa não tem condições de produzir os mapas para esse assunto.

Assim que tivermos a análise para as emendas, vamos produzir o texto e solicitar o auxílio da SEDUMA para que isso possa ser compatibilizado e, então, o texto poderá vir para o plenário, depois de votado nas três Comissões. Acredito que



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 09 2008	15h10min	74ª ORDINÁRIA/COMISSÃO GERAL	15

daqui a uns quinze dias poderemos estar com esse trabalho pronto. É apenas uma previsão e não uma data precisa sobre essa questão.

As emendas, no âmbito das Comissões, já se esgotaram. Agora, temos as emendas de plenário, que acontecerão no dia que começarmos a discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Batista das Cooperativas.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS – Obrigado, Sr. Presidente. Meus cumprimentos gerais a todos os membros da galeria; aos brigadistas, que aqui assistem a esta Comissão Geral; a todos os técnicos do Governo do Distrito Federal que estão presentes; aos técnicos da Casa e aos membros da imprensa.

Estou em ressonância com o que a Deputada Eurides Brito falou aqui. Farei algumas rápidas considerações, até porque estamos aqui mais para ouvir do que para falar.

Cumprimento os membros da Mesa. Saúdo nosso Ministro Henrique Brandão Cavalcante, Conselheiro Titular do CONPLAN; o Sr. George Guilherme Francisconi, também Conselheiro do CONPLAN; o Dr. Gustavo Souto Maior, Presidente do Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos – Brasília Ambiental; nosso Secretário de Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente do Distrito Federal, Cássio Taniguchi; a Deputada Eurides Brito, que é Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e uma das relatoras do PDOT; por último, o Presidente da Comissão de Assuntos Fundiários, Deputado Benício Tavares.

Eu parablenzo as comissões, os técnicos do Governo do Distrito Federal, toda a comunidade, toda a sociedade que, ao longo de onze audiências e algumas reuniões técnicas – reuniões essas, inclusive, promovidas até por Parlamentares desta Casa –, conseguiram apresentar muitas sugestões. Dessas muitas sugestões, as três Comissões, de uma forma consensuada, buscaram um único encaminhamento. Acho que isso não poderia ser diferente.

Conseguimos atender mais de 50% das sugestões; para ser mais preciso, 51,55% de todas as sugestões encaminhadas a essas Comissões foram atendidas. Vejo com profundo otimismo as audiências que fizemos. Foram muito positivas.

Quero, de forma rápida, Secretário Cássio Taniguchi, fazer algumas considerações. Em todas essas audiências de que temos participado, em todos os momentos em que tivemos oportunidade de falar em habitação, moradia, política habitacional, tenho me permitido dizer isto: o Distrito Federal não pode ter um período de dez anos similar ao que já tivemos nos últimos dez anos. Nós não podemos ter novas Estruturais; nós não podemos ter novos Itapoãs; nós não podemos ter novos Vicente Pires. Com isso, quero dizer que é preciso que nós, todos nós do Executivo, do Legislativo e do Judiciário façamos uma grande força tarefa para realizar um planejamento, um ordenamento efetivo do Distrito Federal. É



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 09 2008	15h10min	74ª ORDINÁRIA/COMISSÃO GERAL	16

inadmissível que, no Distrito Federal, 500 mil famílias estejam morando de forma irregular.

É fato que os condomínios que são taxados de irregulares são irregulares. A solução menos traumática hoje é buscarmos uma forma de regularizá-los. É a menos traumática, não é a ideal. O PDOT nos dá essa grande janela de solução. O PDOT é o grande instrumento para que possamos pensar o Distrito Federal de uma forma ordenada, planejada urbanisticamente para os próximos dez anos.

Para que não tenhamos novos Itapoãs, novas Estruturais, novos Vicente Pires, é necessário, Deputado Leonardo Prudente, Deputado Geraldo Naves, Deputado Cabo Patrício, que tenhamos coragem de efetivar uma política habitacional no Distrito Federal. Tenho sido um árduo defensor do Setor Habitacional Catetinho, do Setor Habitacional Mangueiral, do Setor Habitacional Noroeste, porque entendo que a ocupação do solo de maneira planejada e ordenada é o grande caminho. Mais do que nunca, não podemos nos permitir dizer que nada pode, porque, quando dizemos que nada pode, estamos dizendo que tudo pode. Quando defendemos o Setor Habitacional Catetinho, defendemos buscando a harmonização do homem com o meio ambiente. Por diversas vezes, em alguns momentos, fui até mal interpretado nessa defesa pelo Catetinho, mas eu tenho dito e vou repetir: precisamos ter a coragem de construir 25 mil habitações no Setor Habitacional Catetinho de maneira ordenada e planejada, trazendo a cultura da verticalização ao Distrito Federal para os moradores de baixa renda. Precisamos ter a coragem de construir 25 mil habitações, senão ficaremos contemplando.

Se não fizermos isso, se ficarmos num discurso vazio de proteção do meio ambiente, daqui a quatro, cinco anos, teremos 100 mil barracos no Catetinho. Não queremos e não podemos ter 100 mil barracos no Catetinho. E nós não podemos mandar embora do Distrito Federal as pessoas que aí estão morando. Política habitacional efetiva para as cooperativas, para as associações habitacionais, para o servidor público, para a pessoa que está inscrita na lista cadastral, mais do que nunca, precisamos ter a coragem de fazer isso. Vejo o PDOT como um grande instrumento para resolvermos tudo isso, para buscarmos grande parte das soluções.

Sei que não temos consenso absoluto, nem poderíamos ter. Respaldo-me até nas considerações do Dr. Gustavo Souto Maior. A realidade de quem já mora, de quem já vive num condomínio regularizado ou no Lago Sul ou no Guará não é a mesma do cidadão que mora em Samambaia, no Recanto das Emas, num fundo de quintal, muitas vezes com quatro ou cinco famílias coabitando no mesmo local.

Fico muito feliz em poder dar, como Parlamentar, a minha contribuição e por ser um dos relatores do PDOT. São essas as minhas considerações, Sr. Presidente. Todos os movimentos sociais, cooperativas, associações e segmentos organizados participaram de grandes debates nessas audiências públicas.

Parabéns a todos. Muito obrigado.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 09 2008	15h10min	74ª ORDINÁRIA/COMISSÃO GERAL	17

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) – Eu queria aproveitar para agradecer ao pessoal dos cartazes e da faixa. Embora eu tenha feito um esforço para ler o cartaz, não consegui, pois minha vista falha. Agradeço o pessoal da Colônia Agrícola Catetinho. O outro não consigo enxergar realmente. Agradeço a presença dos companheiros.

Agradeço, mais uma vez, aos Deputados Leonardo Prudente e Cabo Patrício, pois é muito importante a presença dos Deputados para iniciarmos na Casa este debate.

Há também uma faixa da Prefeitura Comunitária do Setor Habitacional Ponte de Terra e do Ponte Alta. Está aí o registro. Obrigado pela faixa.

Concedo a palavra ao Deputado Leonardo Prudente, Líder do Governo.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Boa-tarde, Deputado Benício Tavares, Deputada Eurides Brito, Deputado Batista das Cooperativas, os três presidentes que hoje nos honram com o comando desta comissão geral. Boa-tarde, Sr. Cássio Taniguchi, Sr. Gustavo Souto Maior, demais autoridades presentes e demais Deputados.

Em primeiro lugar, cumprimento e parabênzo o trabalho que vem sendo feito, de forma sincronizada, pelas três comissões. É a primeira vez nesta Casa, Deputado Benício Tavares, pelo menos durante minha experiência de Parlamento, que um projeto é trabalhado e tratado com tanto zelo, especialmente com a participação afinada dos relatores das várias comissões, independentemente se é comissão de mérito ou não. Então, quero saudá-los e cumprimentá-los pela condução do trabalho.

Como Líder do Governo, estou atento às questões, aos interesses da população, em especial à visão que o Governador tem sobre essa questão e à participação da SEDUMA e dos demais órgãos do Governo no acompanhamento sistemático das ações e do trabalho que os relatores vêm fazendo, sem nenhuma ingerência no Poder Legislativo, mas, pelo menos, dando suporte e sustentação técnica. Os técnicos da SEDUMA, em função do seu grau de informação e de experiência, certamente têm dado uma contribuição substancial a esse evento.

Eu só queria que, na reunião de hoje ou, quem sabe, na comissão geral de amanhã, esses relatores possam elencar as principais reivindicações feitas nas audiências públicas que foram contempladas e algumas que, eventualmente, não puderam ser. Sabemos que foram aproximadamente quinhentas recomendações e sugestões analisadas uma a uma, ponto a ponto, não somente pelo Governo a pedido das Comissões, mas especialmente pelos Deputados relatores e por suas assessorias.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 09 2008	15h10min	74ª ORDINÁRIA/COMISSÃO GERAL	18

É importante que os senhores tragam a informação a todos os Deputados desta Casa, principalmente o que for mais relevante, fruto das “n” audiências realizadas por essas três Comissões. Apenas faço essa sugestão.

Mais uma vez, parablenzo o trabalho sincronizado que vem sendo feito pelos três relatores com a ajuda e a participação, nos momentos desejados, do Governo do Distrito Federal.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) – Seria redundante convidar o Presidente desta Casa, Deputado Alfrío Neto, a tomar assento à Mesa, porém S.Exa. diz que participará desta reunião apenas como Parlamentar.

Agradeço a sugestão do Deputado Leonardo Prudente. Esta Presidência informa que, a partir de amanhã, assinaremos as atas das audiências públicas, já que muitas pessoas as têm solicitado. Portanto, nós, os três Deputados das Comissões, assinaremos as atas e as disponibilizaremos não somente aos Deputados, como também a todas as pessoas que as desejarem.

Agradecemos a presença do Deputado Geraldo Naves.

Concedo a palavra ao Deputado Cabo Patrício.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO – Sr. Presidente, cumprimento os membros da Mesa na pessoa de V.Exa., que é Presidente da Comissão de Assuntos Fundiários, da qual sou membro titular. Parablenzo os três Deputados pelo trabalho conjunto que está sendo realizado.

Na verdade, mais do que fazer considerações, eu hoje gostaria de ouvir, até porque foi para isso que vim até aqui. Os demais Parlamentares também deveriam estar presentes nesta comissão geral, tamanha a relevância do Plano Diretor de Ordenamento Territorial, que val mexer com a qualidade de vida da população por mais de dez anos. Sabemos que temos de discutir aqui acerca das áreas de manancial e de proteção ambiental e sobre os recursos hídricos.

É claro que um discurso político fica melo evasivo, até podemos ter um discurso acirrado, dependendo da posição dos Parlamentares, seja da base do Governo, seja da Oposição. Um discurso técnico ambientalista pode ser simplista, como disse o Deputado Batista das Cooperativas. E não é simples a questão ambiental do Distrito Federal.

Quero fazer cinco perguntas muito breves; antes, porém, quero dizer que a bancada do Partido dos Trabalhadores tem um compromisso com o Distrito Federal e principalmente com a questão habitacional de toda a população, seja da classe de baixa renda, de média renda, ou mesmo da classe média. No entanto, precisamos saber que, dos dados apresentados pela comissão sobre o trabalho feito, ainda não existe um texto. Talvez daqui a quinze dias, como disse o Deputado Benício Tavares,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 09 2008	15h10min	74ª ORDINÁRIA/COMISSÃO GERAL	19

poderemos nos debruçar sobre esse texto para proceder a uma discussão mais ampla. Aí, sim, teremos um substitutivo, um projeto nas mãos a ser discutido.

Os vinte e quatro Parlamentares desta Casa recebemos o Projeto de Lei Complementar nº 46. Depois, estranhamente foi publicado nesta Casa, no Diário da Câmara Legislativa, um substitutivo, que alguns chamam de "contribuições" e não de substitutivo.

O Deputado Benício Tavares está coordenando esse trabalho juntamente com a Deputada Eurides Brito e com o Deputado Batista das Cooperativas. Provavelmente em quinze dias nos apresentarão esse texto, e aí sim será essencial que os técnicos da Liderança do Partido dos Trabalhadores e os técnicos da Casa se debrucem juntamente conosco, os Parlamentares, para verificarmos até que ponto estão ameaçadas as questões da área de proteção de manancial, da área de proteção ambiental e do Catetinho.

Vemos que essas audiências foram realizadas pela Câmara Legislativa, mas devemos deixar claro que esta é uma função do Executivo. O Executivo tinha de ter realizado todas as audiências públicas e entregue o projeto concluído, para esta Casa poder apreciá-lo, com todos os estudos técnicos, com todos os mapas e com as poligonais definidas. Aí sim os Parlamentares discutiriam o projeto.

Há pontos de conflito: manifestações contrárias ao desenho da Zona de Contenção Urbana apresentado na sugestão do Poder Executivo por parte de organizações ambientalistas e representantes do setor rural; manifestações contrárias à eliminação ou redução de áreas de preservação de mananciais apresentadas na sugestão do Poder Executivo por parte de organizações ambientais e representações do setor rural; manifestações contrárias à criação do Setor Catetinho; reivindicações do setor rural e do Ministério Público quanto à regularização das terras públicas; preocupação quanto aos conflitos no processo de implantação do Setor Noroeste; sugestão da área ambiental do Governo para incorporação dos conselhos ambientais na estrutura do Sistema de Planejamento; críticas ao desenho das Unidades de Planejamento Territorial; preocupações quanto à capacidade de abastecimento de água e de esgotamento para as novas áreas urbanas propostas. Logo após, há as explicações do Governo que dirimem o impasse dessas questões.

Há o esclarecimento do conceito de Zonas de Contenção Urbana: não correspondem a uma área de expansão; apresentam critérios rígidos de ocupação com baixíssima densidade; são urbanas, para permitir a cobrança de tributos com alíquotas elevadas e permitir a fiscalização e aplicação de penalidade. Argumenta-se isso como se o Estado não fosse capaz de fiscalizar a invasão de mais de cinquenta, cem mil famílias no Catetinho. Por mais que esta Casa aprove o PDOT com a criação do Catetinho, a Justiça tem o seu poder, pois os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário são independentes. Se houver uma decisão judicial, e esta não for



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 09 2008	15h10min	74ª ORDINÁRIA/COMISSÃO GERAL	20

cumprida, é função do Estado, do atual Governo, do Governo passado e dos demais governos fiscalizar e impedir a ocupação de terras públicas e a grillagem de terra. Então esse discurso, por si só, não resolve a questão.

Existe o esclarecimento de que há capacidade de abastecimento de água e de esgotamento para as novas áreas urbanas propostas segundo a Audiência Ambiental, com a participação do IBRAM, CAESB e ADASA, além da SEDUMA. Isso se dá em função da questão do Catetinho, porque se apresenta no substitutivo uma redução da área de proteção de mananciais para contemplar a criação da cidade do Catetinho. Nos debates futuros, com certeza, esta Casa ficará lotada pelas pessoas que têm interesse na questão habitacional, e os Parlamentares terão de ter responsabilidade e coragem para deixar claro que a criação da cidade Catetinho não resolverá a questão habitacional do Distrito Federal. É um passo, é uma situação, mas não resolverá a questão habitacional, como também a criação do Setor Noroeste não resolverá o problema, pois ninguém da população de baixa renda conseguirá comprar uma habitação cujo metro quadrado custará seis mil reais. É isso que tem de ficar claro, porque o debate será feito no momento oportuno e no momento político. O esclarecimento da TERRACAP ficará para depois.

Então, eu gostaria de fazer cinco perguntas.

A primeira é sobre a DF-140. A Comissão de Assuntos Fundiários, a Comissão de Constituição e Justiça e a Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo da Câmara Legislativa do Distrito Federal decidiram rejeitar a proposta do Poder Executivo de retirar a classificação de área rural e transformá-la em área de contenção urbana da gleba ao longo da DF-140? O Poder Executivo concorda com a rejeição dessa proposta?

Sabemos que o procedimento desta Casa é aceitar ou não, até em função das emendas de Plenário que serão apresentadas aqui, para que os movimentos ambientalistas e sociais possam se organizar para vir a esta Casa fazer todo o enfrentamento necessário, porque uma coisa é as comissões aceitarem, e outra é as emendas serem discutidas e aprovadas pelo Plenário.

A segunda é sobre a área do Catetinho. Atualmente, há uma ação judicial que impede a implantação desse Setor Habitacional. A proposta do PDOT é reduzir a poligonal da Área de Proteção de Manancial. A CAESB diz que isso é possível, pois o local é um ponto de captação de água e não uma área de proteção de manancial. Sr. Presidente do IBRAM, Gustavo Souto Maior, afinal de contas, a área é de proteção de manancial, ou apenas de captação de água? Do ponto de vista ambiental, qual é a diferença entre esses dois conceitos? Ambientalmente, é possível permitir o Catetinho como Setor Habitacional?

Temos uma carta da CAESB que orienta o Governador e diz que os recursos hídricos daquela comprometem, sim, o abastecimento de água no Distrito Federal. O documento está assinado pelo Presidente da CAESB. Nesse caso, temos que saber se



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 09 2008	15h10min	74ª ORDINÁRIA/COMISSÃO GERAL	21

a assinatura vale ou não. Amanhã ele virá a esta Casa para esclarecer isso, pois o documento será apresentado a ele.

A terceira é sobre a área tombada. O cinturão de proteção da área tombada encontra-se ameaçado em razão da permissividade do Plano Diretor do Guará, que permitiu a construção de grandes edifícios de até 36 metros ao longo da Avenida Central do Guará II e de até 26 metros no Setor de Garagens e Concessionárias de Veículos. Quais serão os limites das construções e as medidas restritivas contra a especulação imobiliária no cinturão de preservação da área tombada de Brasília?

A quarta pergunta é sobre a área de contenção urbana. Classificamos nossas terras atualmente como rurais ou urbanas. Há um novo conceito de contenção urbana. Segundo as explicações, esse novo conceito permitirá uma maior fiscalização e uma maior taxa de tributação de enclaves de características rurais dentro de áreas urbanas. Essa medida não vai penalizar, sob o ponto de vista fiscal, os produtores rurais do Distrito Federal? Por que não aumentar a fiscalização do Poder Executivo nas terras rurais em vez de classificá-las como de contenção urbana?

A última pergunta é sobre a cota social. Qual será o quantitativo de unidades habitacionais de interesse social dentro de áreas habitacionais de alto poder aquisitivo, como o Setor Noroeste, e nos lotes vazios nos condomínios horizontais atualmente existentes que serão regularizados pelo novo PDOT?

Não só pelo que foi apresentado, mas também em função dos discursos feitos aqui e porque tenho grande compromisso com a sociedade do Distrito Federal, entendo que haverá um prazo para conclusão dos relatórios, para elaboração desse substitutivo, e que os Parlamentares terão prazo para apresentação de emendas em plenário, como disse bem a Deputada Eurides Brito. Mas sabemos que haverá um enfrentamento nas discussões, Deputado Leonardo Prudente. V.Exa., como Líder do Governo, sabe muito bem disso.

Então, isso tem de ficar bem claro porque o prazo não pode ser atropelado! Primeiro, porque tivemos atropelamento quando o Governo não fez audiência pública e encaminhou para que a Câmara Legislativa do Distrito Federal fizesse e assumisse uma responsabilidade que é do Governador. Segundo, para que não tenhamos a mesma situação que os 24 Parlamentares desta Casa viveram — e não somente os Deputados, mas também a instituição Câmara Legislativa do Distrito Federal — na aprovação do projeto das igrejas.

É bom isso ficar claro, porque quem saiu chamuscado dessa história foi o Poder Legislativo. O Poder Executivo pegou o projeto das igrejas, apresentou na Câmara Legislativa, e o desgaste total foi dos Parlamentares. Esquece-se de dizer que o projeto já veio viciado do Poder Executivo com os 1.200 lotes que havia lá. No momento oportuno do novo debate para discussão e aprovação desse projeto, claro que faremos esse debate para esclarecimentos.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 09 2008	15h10min	74ª ORDINÁRIA/COMISSÃO GERAL	22

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) – Deputado Cabo Patrício, obviamente, sobre a primeira pergunta, se tivéssemos atrelado a nossa avaliação ao Poder Executivo, a imprensa diria que viramos o apêndice do Executivo. Então, dentro da nossa proposta, temos a convicção de que ela irá vingar no seio dos Deputados, sejam os de Oposição, sejam os da base do Governo.

Agora, essa é uma proposta das três comissões e dos três relatores. Pode ser que, levado ao restante dos Parlamentares, ela não tenha aprovação, não vingue. A demora do texto ocorreu porque, quando se apresenta uma sugestão, ela mexe em vários artigos dentro dos 300 artigos que figuram nesse projeto. Além disso, gera-se dentro dos anexos uma série de outras mudanças e dentro dos mapas a mesma coisa. Então, é óbvio que a grande discussão se dará na entrega do texto e do relatório das comissões para que os Deputados possam, com muita clareza e transparência, conhecer aquilo que efetivamente constará do debate aqui nesta Casa.

Mas espero que não percamos o debate. Amanhã o Deputado Paulo Roriz estará nesta Casa fazendo comentários sobre a moradia e poderá responder o questionamento de V.Exa. no que se refere à parte social, com maior propriedade, já que ele está fazendo os estudos sobre essa questão.

Concedo a palavra ao Presidente do Instituto do Meio Ambiente e de Recursos Hídricos, Dr. Gustavo Souto Maior, para que ele possa prestar alguns esclarecimentos.

(Assume a Presidência a Deputada Eurides Brito.)

SR. GUSTAVO SOUTO MAIOR – Nobres Deputados, objetivamente aquela é uma área de proteção de mananciais, não um ponto de captação de água. Ali é considerada uma APM – Área de Proteção de Mananciais.

Houve um estudo feito pelo Governo do Distrito Federal — não sei precisar exatamente quando, mas sei que foi neste Governo —, que propôs a ampliação daquela área de proteção de mananciais. Um estudo feito com técnicos da SEDUMA, da CAESB, do IBRAM, entre outras instituições, propõe a ampliação daquela APM, não a sua redução.

O que baliza a discussão sobre o Catetinho, a meu ver, é a disponibilidade hídrica no Distrito Federal. Essa é a discussão. Existem alguns setores que dizem que a captação de água ali é muito pequena em relação ao que precisamos aqui no Distrito Federal. Como V.Exa. citou, Deputado Cabo Patrício, existe um documento da CAESB — não assinado pelo seu Presidente, mas, sim, pelo seu Diretor Técnico, Sr. Cristiano — que relaciona uma série de dificuldades na implantação do Setor Habitacional Catetinho com relação ao abastecimento de água. Esse documento diz claramente que a disponibilidade hídrica do Distrito Federal, ou seja, o que



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 09 2008	15h10min	74ª ORDINÁRIA/COMISSÃO GERAL	23

produzimos de água aqui, é praticamente a mesma que estamos consumindo. Obviamente, essa é uma situação delicada. Se aumentarmos o nosso consumo, se a população continuar aumentando, se continuarmos sendo mal educados do ponto de vista do uso da água no Distrito Federal e se a produção continuar a mesma, vamos ter problemas como a falta de água.

Não é à toa que os auditores do Tribunal de Contas da União fizeram uma auditoria no Sistema de Gestão dos Recursos Hídricos de todo o Brasil e indicaram que a situação do Distrito Federal, em termos de disponibilidade hídrica, é a terceira pior situação no Brasil, só ganhando, nesse quesito, dos Estados de Pernambuco e Paraíba. Não somos nós quem estamos falando, é o Tribunal de Contas que diz em seu relatório oficial.

Essa é a discussão. O fato de estar dentro de uma área de proteção ambiental é o principal ponto, entre outros. Há uma série de questões relacionadas ao Setor Habitacional Catetinho, mas a principal, a meu ver, é a disponibilidade hídrica, porque ali há uma área de proteção de mananciais.

O licenciamento ambiental do Catetinho, caso venha a ser feito, é atribuição do IBAMA do Distrito Federal. O IBAMA nunca foi consultado. Nunca vi nenhum representante desse órgão sentado em nenhuma audiência pública para dar a sua opinião sobre o Setor Habitacional Catetinho. O IBAMA está procedendo ao licenciamento desse setor. Sei disso porque eles já pediram técnicos do IBRAM para ajudar na avaliação de estudo do impacto ambiental do Setor Habitacional Catetinho. Tenho um documento expedido pelo ex-Superintendente do IBAMA no Distrito Federal, Sr. Francisco Palhares. Obviamente, se está pedindo um técnico, ele está precisando de pessoas para analisar o estudo de impacto ambiental. O foco era esse.

A CAESB, que vai estar aqui, é quem deverá prestar mais esclarecimentos, porque ela tem mais informações, do ponto de vista da disponibilidade hídrica e da nossa situação quanto às alternativas de captação e de abastecimento de água, do que nós do Instituto. Nós nos baseamos em informações que a CAESB nos repassa. Penso que a CAESB e o IBAMA precisam esta aqui. A grande questão é a disponibilidade.

Em 1983, há 25 anos, foi criada no Distrito Federal a Área de Proteção Ambiental do Rio São Bartolomeu. Vou contar essa história rapidamente porque acredito que tem tudo a ver com a discussão dessa questão hídrica no Distrito Federal. Alguns anos depois, foi feito um zoneamento da Bacia do Rio São Bartolomeu, por conta da criação da APA do Rio São Bartolomeu. Foram detectados, em 1985 ou 1986 — não me lembro exatamente da data —, cerca de quinze parcelamentos irregulares na Baía do Rio São Bartolomeu. Hoje em dia, existem mais de 300, chegando quase a 400 parcelamentos irregulares.

Não estou discutindo aqui o direito das pessoas à moradia, o direito de as pessoas terem suas boas casas. Afinal, todos querem isso e eu também quero,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 09 2008	15h10min	74ª ORDINÁRIA/COMISSÃO GERAL	24

apesar de estar morando de aluguel agora, o que resolverei rapidamente. Estou falando da questão da moradia do ponto de vista ambiental. A proliferação indiscriminada de parcelamentos irregulares na bacia do Rio São Bartolomeu foi um desastre para o Distrito Federal sob o enfoque ambiental. Inviabilizamos a captação de água do Rio São Bartolomeu para abastecimento futuro no Distrito Federal.

Sou engenheiro cartógrafo de formação, apesar de não trabalhar com cartografia há anos. Lembro-me de que, quando cheguei a Brasília, me surpreendi, como engenheiro cartógrafo, ao verificar, nos mapas oficiais do governo do Distrito Federal, a apresentação da mancha da futura barragem do Rio São Bartolomeu, que no mapa era uma barragem imensa. Isso me surpreendeu, porque nos mapas, geralmente, mostra-se a situação atual ou a passada; nunca a futura, pois não sabemos o que acontecerá. Mas naquele mapa havia este dado interessante, aparecia a mancha da futura barragem do Rio São Bartolomeu, aquele local destinado à captação de água. Possui, hoje em dia, casas, asfalto, muros. Houve uma total inviabilização da captação de água do Rio São Bartolomeu para o Distrito Federal.

Hoje, estamos tendo dificuldades em encontrarmos alternativas de abastecimento de água no interior do Distrito Federal. Não é à toa que foi construída Corumbá IV. À época, apregoava-se que Corumbá IV forneceria água para cem anos. Talvez seja água para daqui a cem anos, pois a água de lá ainda não chegou aqui. Há problemas de saneamento nos municípios que integram a bacia do Rio Corumbá. O custo para trazer essa água é muito alto, a CAESB sabe disso. Em algum momento, virá água de lá. Por enquanto, o que vem de lá é energia. O lago serve para lazer, recreação, mas ainda não veio nenhum litro de água de lá para o Distrito Federal. E ainda demorará a vir. Apesar de a CAESB estar se esforçando para trazer essa água, esse é um problema. O fato de termos ocupado desordenadamente a bacia do Rio São Bartolomeu provocou isso. Estamos com dificuldades de suprir o Distrito Federal com água.

Recentemente, a CAESB estava estudando a possibilidade de captar água na confluência do Rio São Bartolomeu com o Rio Paranoá. Seria um pequeno reservatório que geraria 3,5 metros cúbicos por segundo de água para o Distrito Federal. Não conseguiu isso devido a vários problemas. A ANA não deu a outorga.

Estuda-se até a captação de água do Lago Paranoá como alternativa de abastecimento de água para o Distrito Federal. O que é uma alternativa razoável, apesar de muitos fazerem cara feia para essa idéia. Mas a idéia não é ruim. Talvez seja uma solução melhor, do ponto de vista de qualidade e custo, do que retirar água do Rio São Bartolomeu na confluência com o Rio Paranoá, pois essa água seria de pior qualidade e com um custo maior.

Em relação ao Catetinho – com todo o respeito ao Deputado Batista das Cooperativas –, discordo da tese de que se não ocupar, haverá invasão. Se fosse



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 09 2008	15h10min	74ª ORDINÁRIA/COMISSÃO GERAL	25

assim, teríamos que ocupar todo o Distrito Federal, pois há alternativas de invasão por toda a cidade. Assim, teríamos que ocupar todo o Distrito Federal com núcleos habitacionais e parcelamentos. Deve haver capacidade de fiscalização e manutenção. Tanto é assim que o setor está lá e não foi invadido.

A demanda por moradia é legítima e deve ser contemplada. No início do meu pronunciamento, citei setores que devem ser contemplados. Resta saber se há a demanda para isso e se a alternativa no local é a melhor.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA EURIDES BRITO) – Obrigada, Dr. Gustavo.

Ainda na linha de respostas às indagações feitas pelo Deputado Cabo Patrício, concedo a palavra ao Sr. Cássio Taniguchi, que falará sobre as zonas de contenção.

SR. CÁSSIO TANIGUCHI – Obrigado, Presidente.

Apenas explicito um pouco mais o que vem a ser área de contenção urbana, uma vez que a constatação feita na ocupação da bacia do Rio São Bartolomeu pela quantidade enorme, não só de loteamentos irregulares, mas também de condomínios e outras ocupações inadequadas, mostra que toda a área que foi hoje parcelada compunha aquilo que se denominou, no PDOT de 97, de zona de monitoramento. Na verdade, não se monitorou coisa nenhuma, tanto que houve uma ocupação extraordinária naquela região, inviabilizando, como muito bem assinalou o Gustavo, a utilização da bacia do São Bartolomeu como um manancial com o qual pudéssemos contar no futuro – vi inclusive documentos passados –, uma vez que ali havia um grande lago em que seria feita a captação dessas águas.

A idéia de criar uma zona de contenção urbana surgiu exatamente com o objetivo de não estimular o parcelamento daquelas áreas, especificamente da bacia do São Bartolomeu. Em primeiro lugar, porque a topografia é extremamente acidentada, uma região belíssima pela qual tive oportunidade de andar e sobrevoar.

Efetivamente, não há como ocupar sem danificar e sem agredir o meio ambiente, os fundos de vale, as áreas de preservação que têm de ser mantidas como tais. A solução foi permitir uma ocupação extremamente baixa, fazendo com que os lotes tivessem tamanhos máximos de 800 metros quadrados, concentrados numa determinada área que não provocasse nenhum impacto sobre o meio ambiente. As demais áreas teriam que ser, obrigatoriamente, preservadas, quer com atividades agrícolas – aí, sim, elas teriam uma taxaço menor –, quer com áreas de lazer e recreação, que manteriam as condições de permeabilidade daquele setor.

Portanto, área de contenção urbana não é área de ocupação urbana, mas uma área que busca evitar a deterioração completa do meio ambiente. As unidades habitacionais colocadas dentro desse núcleo – aí, sim – seriam taxadas como unidades habitacionais urbanas, para que haja efetivamente uma tentativa de evitar



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 09 2008	15h10min	74ª ORDINÁRIA/COMISSÃO GERAL	26

essa ocupação. E mais ainda: toda a infra-estrutura tanto do ponto de vista da construção, quanto da operação deverá ser de iniciativa dos moradores, porque não tem sentido o Poder Público fornecer infra-estrutura caríssima para uma área com uma baixíssima densidade.

Portanto, há, sim, hoje, soluções tecnológicas que possibilitam um tratamento adequado dos afluentes, assim como uma captação controlada de água. Todos esses aspectos relacionados com ocupação e infra-estrutura têm que passar necessariamente pelo EIA-RIMA, por estudos ambientais extremamente rigorosos, por definição de áreas de preservação permanente nessas áreas para evitar qualquer tipo de dano ao meio ambiente.

É importante também destacar que o território do Distrito Federal, pelo fato de estar numa área muito delicada, no Cerrado, tem que ter, sim, mecanismos para evitar o desperdício que se observa hoje em todas as cidades que compõem o Distrito Federal.

A primeira iniciativa no sentido de evitar esse desperdício é o reuso da água, o aproveitamento da água de chuva, a utilização de energia solar, dando condições para que a população tenha consciência de que o futuro da cidade, do País e do mundo depende dessa conscientização. Pela primeira vez, temos a oportunidade de implementar tudo isso no bairro Noroeste, bem como nos prédios públicos, especificamente no novo centro administrativo.

Portanto, somos, sim, extremamente favoráveis a esse tipo de conscientização da população. Não estamos aqui, em absoluto, tentando acabar com o meio ambiente; muito pelo contrário, nosso objetivo é preservar ao máximo tudo o que for possível, evitando-se este tipo de ocupação que aconteceu de uma forma extremamente desordenada.

Por outro lado, esta proposta de zona de contenção urbana foi apresentada agora em Goiânia, em discussão em audiências públicas que visavam a remodelação da Lei nº 6.766, em que se busca compatibilizar não só os aspectos urbanísticos de novos loteamentos, de loteamentos existentes, como também verificar a fiel observância das condições ambientais, das questões cartorárias de registro para que as cidades tenham esta organicidade. Inclusive há essa proposta apresentada pelo Distrito Federal – pela nossa Subsecretária de Planejamento, Sra. Rejane, que fez a apresentação no plenário –, muito bem recebida por todos. Espero que isso seja também objeto de incorporação, para que possamos ter uma lei que substitua a Lei nº 6.766, já com esses conceitos mais recentes de preservação, de questões de registro de documentos, registros cartoriais, ou seja, o tal papel passado, que é tão fundamental para as pessoas, especialmente para as populações de menor renda.

Portanto, esta zona de contenção urbana constitui uma inovação dentro do PDOT, mas, ao mesmo tempo, também estamos colaborando com o Governo



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 09 2008	15h10min	74ª ORDINÁRIA/COMISSÃO GERAL	27

Federal. O Ministério das Cidades está incorporando estes mecanismos para que possamos ter cidades cada vez mais sustentáveis.

Obrigado.

SR. GEORGE GUILHERME FRANCISCONI – Eu queria só complementar o técnico que elaborou este conceito. Do ponto de vista ambiental, rural e urbano, hoje não nos garante nada. Rigorosamente, o fato de ser rural não quer dizer que não será destruído, que não vai haver uma destruição. O segundo aspecto importante – junto com a equipe técnica da SEDUMA, nós andamos visitando todas essas áreas e escutando a expectativa das populações que moravam lá –, essa zona já tem hotéis construídos lá dentro, já tem hotéis ambientalmente muito bem colocados. Tem várias atividades urbanas. Da mesma maneira, recebemos reivindicações de proprietários. Diziam que se fosse aplicado um imposto, não tinham como atender o objetivo rural; queriam pagar um imposto melhor. Garantiram que iriam fazer a preservação ambiental.

Então, na verdade, esse propósito é um grande casamento do urbano com o ambiental, e ele rebate sobre o imposto. O imposto não será urbano. O imposto é um imposto especial que foi proposto nos estudos que foram feitos na SEDUMA – seria um terço do imposto em zona limite, urbano, ou então, 1,2% do imposto rural. Não importa. O importante é que ele faz a preservação ambiental e introduz um conceito novo em política territorial.

Simplesmente pelo fato de se dizer que ele é rural, de se dizer que ele é urbano, não se garante nada em termos ambientais. E esse é o grande mérito deste conceito, em que todas estas observações de que se vai aumentar imposto, área tributária do Governo, não se aplicam. É exatamente o contrário.

Então, eu queria fazer este esclarecimento. Como provavelmente eu sou o mais antigo da Mesa, gostaria de fazer um esclarecimento também sobre a exposição de motivos que criou o São Bartolomeu. Essa exposição foi assinada pelo Andreazza, aprovada pelo Figueiredo. Havia uma grande represa, depois ela foi feita em duas represas, depois foi decidido que não havia represa nenhuma. Eu tenho cópia dessa exposição de motivos em que é dito, com muita clareza, que aquele limite é temporário e deve ser compatibilizado com o plano de desenvolvimento urbano que, na época – estamos nas calendas gregas –, deveria ser feito para Brasília. Então, essa exposição de motivos firmada pelo Governador Ornellas, pelo Ministro Andreazza e sancionada pelo Presidente Figueiredo era extremamente interessante porque ela já fala da necessidade de compatibilizar com o urbano esses usos, item 1.

Item 2: hoje, decisões ambientais não precisam ser revistas nos próximos duzentos anos, enquanto que todo Plano Diretor tem que ser revisto a cada dez anos. Então, estamos numa imobilidade, num congelamento da legislação ambiental sobre o território, enquanto que o urbano, que se desenvolve com grande rapidez,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 09 2008	15h10min	74ª ORDINÁRIA/COMISSÃO GERAL	28

tem que ser revisto e reconsiderado. A nossa legislação de hoje, o Estatuto da Cidade, exige dez anos, e a legislação ambiental entra para o infinito. Esse casamento está difícil.

Eu fiz esse esclarecimento pela gentileza da sua pergunta.

(Assume a Presidência o Deputado Benício Tavares.)

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) – Eu gostaria de registrar e agradecer a presença do Deputado Chico Leite e do Deputado Milton Barbosa.

Concedo a palavra ao Deputado Geraldo Naves.

DEPUTADO GERALDO NAVES – Primeiramente, eu gostaria de cumprimentar a Mesa. Quero fazer uma pergunta ao Sr. Gustavo Souto Maior: eu gostaria de saber a data. O senhor falou sobre o São Bartolomeu, e eu gostaria de saber quando começaram as invasões naquela área, pois antigamente eram dez e, depois, tem uma data desse início?

SR. GUSTAVO SOUTO MAIOR – Não. Quando foi feito esse zoneamento, esse trabalho na Baía do São Bartolomeu, foram detectados de dez a quinze parcelamentos irregulares; não sei exatamente o número, mas é aproximadamente isso aí.

DEPUTADO GERALDO NAVES – Eu gostaria de saber o ano.

SR. GUSTAVO SOUTO MAIOR – Em 1985/86.

DEPUTADO GERALDO NAVES – Apenas para ficar registrada a data.

Eu queria fazer mais uma observação. Até não ia interferir, porque estou gostando muito de ouvir as apresentações, mas vou fazer um pedido ao Sr. George Guilherme Francisconi. Achei muito interessantes as suas palavras e gostaria que o senhor as trocasse em miúdos, usando uma linguagem bem popular, porque há um pessoal em casa nos assistindo pela *TV Distrital*.

Existe uma preocupação nossa, residentes e amantes desta terra. Eu gostaria de fazer apenas uma observação, pois a forma como o assunto está sendo exposto aqui, às vezes, me preocupa e faz o sangue ferver um pouquinho. A assinatura do Fernando Leite vale, sim; a exposição é que foi errada. Portanto, tinha de dizer isto. O Presidente da CAESB é um homem sério, que trabalha sério, como todos os Secretários que aqui estão e os que ainda estão por vir.

Quanto as palavras do Deputado Batista das Cooperativas, quero dizer que o Distrito Federal, como um todo, e todas as cidades do Brasil estão, literalmente, ocupados ou por terras que pertençam ao Governo do Distrito Federal, ou por terras que pertençam à União, ou por aqueles que adquiriram as terras ilegalmente. Se alguém está invadindo alguma coisa, está invadindo terras do Governo Federal, do Governo do Distrito Federal ou terras particulares. Mas, literalmente, o Distrito



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 09 2008	15h10min	74ª ORDINÁRIA/COMISSÃO GERAL	29

Federal é ocupado, sim. Portanto, Deputado Batista das Cooperativas, estou apenas agregando informação ao seu discurso, respondendo ao senhor.

Quero agradecê-lo, Sr. George, e dizer que gostei muito da sua apresentação. Nesse período, acho que nenhum dos que estão presentes tinha ciência desse grupo de terra em 1985.

SR. GEORGE GUILHERME FRANCISCONI – Eu tenho uma grande dificuldade de expor. Mas, explicando em termos bem triviais, existe uma área de mata, por trás do lago, que todos queremos preservar. O fato é que eu tenho proprietários que têm medo de virarem urbanos, porque eles vão ter que pagar impostos, e nós estamos interessados que eles mantenham essas matas. Esses proprietários podem ser representados por uma professora universitária que nos procurou em nome de um condomínio que tem cinco mil metros quadrados, dez mil metros quadrados, podem ser proprietários de áreas maiores. Cheguei a ver o mapa do parcelamento dessa área, que é extremamente heterogêneo.

O que esse artigo quer garantir é que essa pessoa continue mantendo a sua propriedade, que essa professora universitária possa fazer uma política de valorização ambiental, plantando árvores nativas, ajudando a fauna e a flora, sem arcar com um imposto maior. Ela, como professora, não poderá pagar. Deverá lotear ou vender e, em pouco tempo, a sanha empresarial de loteamento entrará na área. Esse é o objetivo da proposta desse zoneamento. Você poderá viver lá. O fato de ser propriedade rural ou urbana não me garante que a mata não será destruída. Se se mantiver essa mata, haverá uma redução de 70% do Imposto tributário da pessoa. Não será uma benesse. Haverá um ganho econômico quando se ajudar o meio ambiente.

Meio ambiente por meio ambiente, só rico é que pode garantir. Por isso, as áreas ambientais estão sendo invadidas por pobres. Vamos tentar fazer com que o pobre e a classe média sejam nossos agentes na preservação ambiental.

Não sei se fui rigorosamente muito curto e grosso, mas tentei fazer uma síntese, Deputado Geraldo Naves.

DEPUTADO GERALDO NAVES – Eu gostaria de agradecer os seus comentários e dar os parabéns pelo fato histórico que acompanha a sua dissertação.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) – Registro a presença de moradores da Colônia Agrícola Catetinho, Área Rural Ambientalmente Sustentável, Lazer e Turismo: "Senhores Deputados, ajudem a preservar a área rural e ambiental da microbacia do Riacho Fundo". São esses os dizeres dos cartazes.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Leite.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 09 2008	15h10min	74ª ORDINÁRIA/COMISSÃO GERAL	30

DEPUTADO CHICO LEITE – Eu gostaria de cumprimentar V.Exa., Deputado Benício Tavares. Cumprimento também as seguintes pessoas: o Deputado Batista das Cooperativas, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo; a Deputada Eurides Brito, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça; o Sr. Cássio Taniguchi; o Sr. Gustavo Souto Maior; o Sr. George Guilherme; o Líder do Governo, Deputado Leonardo Prudente; o Deputado Milton Barbosa; o Deputado Geraldo Neves; os assessores e a imprensa. Peço vênia a V.Exa., Sr. Presidente, para falar deste microfone de apartes. Eu iria me pronunciar apenas amanhã.

Quero dizer que esta Comissão Geral é extremamente oportuna. Tenho reclamado muito da falta de debates e discussões acerca do tema. Temos feito um estudo, que apresentaremos no momento oportuno, como sugestão, fundado na tese republicana. Eu disse ao Deputado Leonardo Prudente e ao Líder do meu partido, Deputado Cabo Patrício, mas posso adiantar algumas inquietações hoje.

Sr. Cássio Taniguchi, sou apaixonado por esta cidade. Vim do Ceará há 26 anos. Não pouse ou entro no Distrito Federal sem me emocionar, sem chorar. Até hoje não consigo entrar na Universidade de Brasília sem me emocionar profundamente. Já passei algumas vergonhas por isso, mas é algo absolutamente incontrolável. Sou Procurador de Justiça de carreira, concursado há 19 anos e professor universitário. A minha incursão na política se deve a isso. Ainda hoje estive com o Sr. Marcelo Dourado. Falamos rapidamente sobre isso.

Temos um problema, Deputado Taniguchi. V.Exa., ao assumir esse cargo de Secretário, tomou para si um desafio muito grande. Sei que V.Exa. já enfrentou desafios muito grandes e enfrentará outros, se Deus quiser. Sou daqueles sobreviventes cearenses que entende que o desafio maior é sempre o próximo. Esta terra foi quase destruída por grileiros que estão soltos, muito próximos de nós. A terra aqui foi utilizada como instrumento eleitoreiro para enganar pessoas de bem, foi empregada como instrumento para enriquecer alguns poucos.

Quando cheguei a esta terra – eu, que venho de um estado modesto, extremamente humilde –, tínhamos outra segurança, tínhamos outra forma de ordenação urbanística. Antes de ontem, pude dirigir ao Ministério Público uma representação sobre o desvio da finalidade de um projeto hercúleo, que é o Pólo de Modas do Guará. Dirigi uma representação ao Ministério Público sobre a investigação que fazemos em nosso gabinete há três meses, com fotos, detalhamento de potencial quanto ao tipo, e tenho o maior orgulho de fazer e farei isso em todas as áreas de desenvolvimento econômico, uma a uma, enquanto estiver na política. Esse é meu serviço, efetivamente. Não temo ninguém.

Passei quatorze anos no júri, lidando com homicidas, latrocidias, de maneira que ainda penso que o criminoso do patrimônio público é muito maior do que o homicida, o latrocida. Quando se fala em pena de morte, sinto vontade de rir,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 09 2008	15h10min	74ª ORDINÁRIA/COMISSÃO GERAL	31

porque me indago quem é que mata mais: o que mata um para roubar, que é o criminoso; ou o que, por usurpar dos cofres públicos milhões, mata quarenta crianças por dia, no Nordeste, antes de completarem um ano de idade. Então, um pode virar paraninfo de turma, porque paga a festa, e para o outro, nós queremos a pena de morte? Que tipo de reflexão social é essa?

Fiz essa ponderação para fazer algumas indagações a V.Exa., que é um urbanista com nome internacional e, por isso, com responsabilidade internacional. A primeira delas é se está havendo essa cautela da transformação – permita-me, aqui e ali, haja algum pouco rigor técnico, porque não sou da área –, se há cuidado, cautela por parte do Governo no tangente à transformação dessas áreas rurais em urbanas. Porque haverá um nível de adensamento populacional enorme, e não podemos deixar, em hipótese alguma, que o PDOT vire instrumento de especulação imobiliária, vire instrumento para alguns poucos ganharem dinheiro, ao invés de ser um instrumento da melhoria da qualidade de vida. Eu, item por item, denunciarei, efetivamente, seja qual for a coloração partidária, a bandeira que tremula. Não terei a menor cerimônia de fazer as denúncias que tiver de fazer no meu ofício político.

Pois bem, indago se o Governo está tendo essa cautela, porque a transformação de área rural em área urbana não é apenas uma transformação. Sabemos que é um adensamento populacional nefasto, genocida à população do Distrito Federal. Absolutamente genocida! Vamos mais ainda “superpopulacionar” – permita-me o neologismo – esta cidade, mais do que já foi. E aqui e ali parece que a premiação é do infrator. Aquele que tem cautela precisa participar de licitações para ocupar o espaço e aquele que invade, não. Esse tem o cuidado das hostis das autoridades. Isso me preocupa demais, Deputado Taniguchi.

Se 70% da carência habitacional estão entre as classes de baixa renda, por que razão setores habitacionais, como o Noroeste, que está sendo proposto em terras que são públicas, não criam oportunidades para que padrões morfológicos distintos possam abrigar também classes de renda distintas, como era, por exemplo, o desejo de nosso mestre Lúcio Costa? Até quando as terras públicas serão utilizadas para inflacionar o mercado do solo, ao invés de enfrentar a carência habitacional? Por que, no Distrito Federal, existe a cultura de que somente tem acesso a lote quem invade área pública? Por que aqueles que aguardam com civilidade na fila da lista geral de Inscritos são sempre deixados para trás?

Quando o Governo vai disponibilizar na internet, Secretário Taniguchi, o nome de todos que estão na fila, de todos que estão sendo beneficiados nos programas? Nós queremos saber quem são efetivamente os contemplados – nome, pais, carteira de identidade e CPF. Queremos saber se já têm moradia. Então, se o Governo não tem esses dados, não pode fazer nada. Aliás, essa lista limpa eu tento empregar, permita-me, desde 2003. Ela passou aqui, foi vetada pelo Governo, não conseguimos derrubar o veto, propusemos de novo e – aqui peço ao Deputado Benício Tavares – está na CAF, pronto para reunião, o projeto que obriga o Governo



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 09 2008	15h10min	74ª ORDINÁRIA/COMISSÃO GERAL	32

a mostrar essa lista limpa. Eu digo lista limpa para evitar que alguns sejam, digamos assim, privilegiados em detrimento de outros. Se todos têm direito à moradia, ela não pode ser dirigida só aos amigos do rei ou aos amigos dos amigos do rei.

Quais as garantias que temos de que as diretrizes e os objetivos propostos serão cumpridos? O plano prevê metas a serem alcançadas com recurso financeiro e prazo para se atingir, para que não ocorra o mesmo do PDOT de 97? Quanto à participação da sociedade – Secretário Taniguchi, tive a oportunidade de debater com V.Exa. sobre isso –, como pode um plano diretor ser instrumento efetivo de melhoria da qualidade de vida da população sem que ele venha a prever a participação da sociedade na gestão dos recursos orçamentários necessário hoje à implementação do PDOT? O projeto não cita a gestão orçamentária participativa como instrumento de política urbana. Se o Governo não consegue, e V.Exa. bem disse, impedir o parcelamento de áreas rurais, como acha que pode preservá-las transformando-as em zonas urbanas? Eu quero ser franco com V.Exa., já tive oportunidade de fazer esse debate com V.Exa. com muita franqueza. Essa transformação vai dar no adensamento populacional, se não houver a cautela devida, num nível que nós não suportamos. Essa cidade não suporta mais. O que o Governo vai fazer para impedir a transformação irregular, portanto, de áreas rurais em urbanas após a regularização dos condomínios? A regularização é importante, V.Exa. sabe disso, mas também é importante que o processo de acesso irregular ao solo seja interrompido. Quais são os instrumentos de garantia que a sociedade do Distrito Federal tem?

Muito se fala em meio ambiente natural, mas e o meio ambiente construído? O que o Governo propõe para as áreas urbanas construídas? Por exemplo, por que os parques urbanos até hoje não foram implantados, Dr. Gustavo, já que amenizariam as condições de poluição dos núcleos urbanos, melhorariam o ar e fundamentalmente a convivência dos chamados núcleos urbanos? O que o Governo, mais ainda, propõe para o patrimônio histórico e arquitetônico fora de Brasília, já que o patrimônio de cidades como Planaltina, por exemplo, e Brazlândia, está sendo gradativamente dilapidado?

É aceitável que o PDOT permita desafetação de áreas de uso coletivo sem que a população seja compensada pela oferta de novos espaços de uso comum, causando assim a desproporção entre áreas de uso privativo e de uso comum? Digo assim porque às vezes a gente imagina que a imediata resposta ao *deficit* habitacional pode resolver um problema. Pode resolver um problema e criar muitos outros, se não tiver solidez conceitual para tanto. O Distrito Federal hoje é símbolo disso. Tem que aumentar os espaços de estacionamentos, ao invés do verde; tem que aumentar a capacidade de propor o saneamento, ao invés de estarmos cuidando de mais espaços de recreio.

A nossa cidade, Secretário Cássio Taniguchi, encontra-se em um estado desfigurado. Daí a responsabilidade tão grande de V.Exa., como urbanista de nome



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 09 2008	15h10min	74ª ORDINÁRIA/COMISSÃO GERAL	33

internacional, e do Dr. Gustavo Souto Maior, também conhecido Internacionalmente e professor da área na Universidade de Brasília. Que V.Exas. tenham uma preocupação especial.

O PDOT vai ser, ou se propõe a ser, ou pode vir a ser – se não tomarmos cautela – um instrumento de viés meramente político eleitoreiro ou de enriquecimento de alguns grupos econômicos, vindos inclusive de fora ou, o pior, o pagamento de dívida de campanha. Ou o PDOT será efetivamente um instrumento de melhoria da qualidade de vida do povo do Distrito Federal? Essa é a indagação que nós fazemos.

Quero felicitar todos os senhores, quero felicitar o Deputado Leonardo Prudente e quem teve a idéia da Comissão Geral. Quero dizer que o voto, Deputado Leonardo Prudente, é só o resultado. Estou me dirigindo a V.Exa. como Líder do Governo. Sei que os autores foram os Presidentes das Comissões: Deputado Batista das Cooperativas, Deputado Benício Tavares e Deputada Eurides Brito. Mas quero felicitar V.Exa., infinitamente, porque o voto – temos que ter essa consciência – é resultado. Se não houver debate e conhecimento, como vamos defender os interesses para os quais fomos eleitos, se nós não temos conhecimento das matérias? Portanto, é fundamental discutir. Deixo essa indagação aos convidados do Governo e aos meus colegas Parlamentares, que precisam estar bastante vigilantes e atentos: se o PDOT pode vir a ser uma coisa ou outra.

Estaremos unidos para que esse plano represente a melhoria da qualidade de vida. Observo que, além das propostas nos debates desses questionamentos, precisamos da aprovação da lista limpa e estou iniciando, Secretário Cássio Taniguchi e Dr. Gustavo Souto Maior, um grande processo de transparência, evidentemente para ajudar a todos que querem a organização da cidade e da moradia e o respeito aos direitos universais. Quero saber quem dirige todas as cooperativas, quem dirige todas as entidades habitacionais. E quero saber o nome de um por um daqueles que se propõem contemplados. Um por um: nome, qualificação, identificação, um por um. Se não tivermos, não saberemos como isso é distribuído.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) – Concedo a palavra ao Deputado Leonardo Prudente.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Permita-me apenas uma consideração. Quero dizer ao Deputado Chico Leite que a resposta ao tipo de resultado que vamos trazer para Brasília – se é para melhorar efetivamente a qualidade de vida das pessoas ou se é para beneficiar questões eleitorais ou questões de especulações – depende única e exclusivamente de nós, de todo o conjunto de Deputados. No momento em que estivermos apresentando as nossas emendas, que as façamos com o dever e o espírito cívico no sentido de estarmos visualizando a melhoria de qualidade de vida de Brasília.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 09 2008	15h10min	74ª ORDINÁRIA/COMISSÃO GERAL	34

A forma como o Governo colocou e o pouco que tenho acompanhado, nesses últimos dias, do trabalho desenvolvido pelos Relatores – com o acompanhamento da própria SEDUMA – é verdadeiramente no sentido de melhorar a qualidade de vida das pessoas. Agora, é natural que alguns se beneficiem disso, até porque pessoas que conseguem enxergar os vetores de crescimento desta cidade e que adquiriram áreas nesses locais, sem sombra de dúvidas, terão as suas áreas valorizadas.

É a mesma coisa, Secretário Taniguchi, de dizer que não podemos passar uma estrada num determinado lugar porque ali vai valorizar a terra de determinada pessoa ou de grupos econômicos. Ora, não é assim que veremos essa questão e a discutiremos. Deputado Chico Leite, faz parte do sistema capitalista que existam os mais espertos. Agora, é claro que a visão desta Casa será no sentido de dar oportunidade para o crescimento ordenado das cidades, como colocou muito bem o Deputado Batista das Cooperativas, especialmente na questão organizada do crescimento habitacional, sem perder de vista naturalmente as questões ambientais.

Vejo, Secretário Cássio Taniguchi – e acabei de falar isso há pouco na imprensa, nas redes de televisão –, que um dos grandes avanços que tem esse PDOT, em que pese algumas pessoas ainda não compreenderem, é a zona de contenção urbana. Isso é algo que verdadeiramente vai defender nossa cidade da proliferação e da ocupação desordenadas, e dará oportunidade para aquelas pessoas que querem, de uma forma levemente adensada, fazer com critérios muito rigorosos. Aquelas pessoas que querem dar continuidade a sua atividade rural poderão continuar fazendo-o, inclusive, pagando o imposto territorial rural ou um IPTU compatível com o valor similar ao imposto rural.

Eu não vejo isso como algo preocupante, mas como algo que vou continuar defendendo, não porque seja uma posição do Governo, mas por convicções técnicas é que estarei nessa trincheira com muita convicção. Não tenho dúvida, Deputado Chico Leite, Secretário Taniguchi, Dr. George, Dr. Gustavo Souto Maior, de que a forma como o projeto foi concebido, as contribuições que nós recebemos, se tivermos a capacidade de mantê-lo dessa forma, sem desvirtuá-lo, sem desqualificar o modelo em que até então ele está sendo construído, teremos um PDOT que vai melhorar substancialmente a qualidade de vida do povo de Brasília, não apenas para os próximos dez anos, mas, não tenho dúvida, Secretário Taniguchi, para os próximos cinquenta anos.

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) – Agradeço a participação do Deputado Leonardo Prudente.

Embora esse debate tenha sido prejudicado pela falta do texto, para que os Deputados tenham conhecimento e haja transparência, reputo-o como muito importante, principalmente quando há participação dos Deputados.

O Deputado Chico Leite colocou uma questão interessante. Quando S.Exa. fala de conhecer a questão de lista limpa, qualquer nome que possa representar, ele



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 09 2008	15h10min	74ª ORDINÁRIA/COMISSÃO GERAL	35

pressupõe que já se tem um programa habitacional e esse programa habitacional tem de estar calcado dentro do PDOT. Então, é uma discussão bastante interessante no que se refere ao que será o programa de moradia que o Governo está propondo e a quem ele se destina, não é verdade? E também quais serão, futuramente, não no PDOT, os destinatários desse programa.

DEPUTADO REGUFFE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) – O Deputado Reguffe fará suas considerações e, depois, passarei a palavra ao Secretário, para que ele possa fazer um apanhado das palavras do Deputado Chico Leite.

Concedo a palavra ao Deputado Reguffe.

DEPUTADO REGUFFE – Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu gostaria apenas fazer algumas considerações sobre o PDOT, algumas têm a ver com o tema do dia de hoje, outras com o dia de amanhã. Já vou falar de uma vez o que penso.

Primeiro, é importante a cidade ter um plano diretor. A cidade tem de ter a sua expansão urbana planejada, organizada, e nós, que temos responsabilidade pública, temos de defender isso. Sou favorável a um plano diretor, mas esse plano diretor tem que visar à qualidade de vida da população e não, em minha opinião, a interesses da especulação imobiliária do Distrito Federal. Um plano diretor sério, em minha opinião.

Eu vejo com muita preocupação o surgimento de algumas unidades habitacionais, alguns conjuntos residenciais. Na minha opinião, qualidade de vida também tem a ver com meio ambiente. Em alguns pontos da cidade, estamos caminhando para o esgotamento dos recursos hídricos. Qualidade de vida também tem a ver com as nascentes. Qualidade de vida também tem a ver com trânsito. Por exemplo, quando pela primeira vez discutiram o bairro do Catetinho comigo, a primeira pergunta que fiz foi a respeito do trânsito. A entrada em Brasília para quem vem do Gama, de Santa Maria, de Santo Antônio do Descoberto, do Park Way, já é complicadíssima. Já se gasta de quarenta a cinquenta minutos ali. Vamos colocar mais quinze mil veículos? O trânsito ficará pior. Isso me parece óbvio. Qual a resposta e solução para isso? Isso sem falar nas nascentes.

O Setor Noroeste, que desaguará todo no Eixo Monumental, a saída do Eixo Monumental de manhã, para quem vem do Cruzeiro, de Taguatinga, de Ceilândia, do Sudoeste já é complicada. O trânsito é caótico, para usar o adjetivo correto. Qual é a solução? Porque me parece que a questão do trânsito tem muito a ver com qualidade de vida.

Não quero e sou contra um plano diretor que vise apenas ao interesse da especulação imobiliária e esqueça o futuro e a qualidade de vida dos moradores do Distrito Federal. Eu defendo que exista um plano diretor, porque é importante que se planeje a expansão urbana da cidade por meio de um planejamento urbano. Brasília



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 09 2008	15h10min	74ª ORDINÁRIA/COMISSÃO GERAL	36

está do jeito que está porque governos anteriores não fizeram um planejamento da expansão urbana dessa cidade. De forma irresponsável, omitiram-se e fizeram que essa cidade explodisse do ponto de vista demográfico.

Acredito que temos que ter um plano diretor que atenda à qualidade de vida dos moradores do Distrito Federal e não aos interesses da especulação imobiliária.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) – Passamos às considerações finais. Gostaria de agradecer ao Secretário Cássio Taniguchi a deferência de mais uma vez comparecer a esta Casa. Agradeço também a presença do nosso Conselheiro George Guilherme Francisconi e também do Presidente do Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos – Brasília Ambiental, Dr. Gustavo.

Concedo a palavra ao Secretário de Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente do Distrito Federal, Cássio Taniguchi.

SR. CÁSSIO TANIGUCHI – Exmo. Sr. Presidente, Deputado Benício Tavares, é um prazer e uma honra estar aqui sempre presente e à disposição da Câmara Legislativa para participar desses debates.

Em primeiro lugar, parabeno o Deputado Chico Leite pela forma emocional como ele defende Brasília. Acho que ele tem toda a razão para isso. Eu vim de uma família de imigrantes que há muitos anos vieram para cá. Meus pais foram trabalhar em fazenda de café, na agricultura, de sol a sol. Conseguiram educar seus filhos. Um deles chegou a ser eleito prefeito de Curitiba, por isso sou muito grato a esta terra maravilhosa que é o Brasil. Eu diria mais ainda: sou grato pela oportunidade que tenho hoje de estar na capital do meu País, o que me orgulha muito.

Tenho também uma responsabilidade muito grande em fazer que Brasília continue a trilhar os caminhos do seu planejamento original de Lúcio Costa e da arquitetura maravilhosa de Oscar Niemeyer, que fez que a capital brasileira tivesse em seu núcleo uma condição excepcional de qualidade de vida. Talvez seja a cidade brasileira – e quem sabe do mundo – que tenha as melhores condições na escala residencial, na escala gregária, enfim, nas quatro escalas que Lúcio Costa tão bem projetou para a capital brasileira. Recentemente, estive em Camberra e em Melbourne e estarei em Washington na semana que vem. Essas duas capitais, Washington e Camberra, têm a mesma característica de cidade-jardim, dada a condição excepcional de terem sido planejadas como capitais. Só que essas duas cidades não têm a condição de se localizar em um país em desenvolvimento muito rápido, com uma atração enorme de populações do país inteiro. Essa atração se fez com a fragmentação do território do Distrito Federal.

Se hoje temos, na área do Plano Piloto, na área tombada, uma população da ordem de trezentos e cinquenta mil habitantes e, se computarmos que a área tombada tem hoje 112 km², teremos uma densidade bruta, Deputado Chico Leite, de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 09 2008	15h10min	74ª ORDINÁRIA/COMISSÃO GERAL	37

menos de trinta habitantes por hectare, o que é absolutamente suportável, ínfimo e vai contra toda a argumentação das pessoas tradicionais de Brasília que não querem que se aumente a população do Plano Piloto. Mesmo com a implantação do Noroeste, com quarenta mil habitantes, ainda teremos uma densidade bruta absolutamente baixa, se comparada com cidades como Paris, Nova York ou seja lá qual for. Não que sejam paradigmas a serem perseguidos, mas é importante destacar que, dentro do plano original de Lúcio Costa, tanto o Sudoeste quanto o Noroeste já estavam contemplados. Conseqüentemente, estamos observando todas as características para manter a mesma condição de cidade-jardim e a mesma tipologia arquitetônica do Plano Piloto.

Obviamente, fora do Plano Piloto, o que se viu foi uma fragmentação do tecido urbano, que levou a densidades bem maiores e a uma péssima qualidade de vida. Se compararmos as características de Brasília com as de Ceilândia ou de Samambaia, ou de onde for, veremos uma desigualdade social sem precedentes. Sou absolutamente contra essa desigualdade. Vim atender o desafio do Governador Arruda porque quero buscar uma forma de equalizar um pouco essa grande desigualdade social. Se temos em Brasília a maior renda *per capita*, eu diria que há a maior desigualdade na sua distribuição. Não podemos compactuar com isso. Daí porque a prioridade tem que ser para o atendimento das pessoas que têm menos condições e, portanto, menor renda. Daí a prioridade do próprio Governador Arruda e da administração do Distrito Federal de buscar atender aquelas populações em situação de risco.

Falava-se tanto em urbanizar a Estrutural, mas ninguém conseguiu fazê-lo, a não ser agora, com o trabalho intenso e os investimentos de mais de cento e cinquenta milhões de reais para conseguirmos regularizar a situação, dar o papel passado e a dignidade às pessoas que lá estão. A mesma coisa está acontecendo ou vai acontecer naquelas áreas de baixíssima renda que estão sendo urbanizadas: Denocs, Vila Basevi, Pôr do Sol, Sol Nascente, as QEs de Ceilândia. Basta verificar, gente! Fui visitar pessoalmente a Quadra 302 de Samambala, Deputado Chico Leite. Sabem, tive o grande prazer e a honra de almoçar com as pessoas de lá. Graças a Deus, graças ao Governador Arruda, eles foram localizados, agora sim, em condições dignas de habitação e infra-estrutura.

Portanto, dizer que somos contrários às pessoas de baixa renda é uma grande injustiça, porque toda a prioridade do Governo está sendo orientada exatamente para esse atendimento. Estão aí o Mangueiral e o Crixá. O mesmo adensamento dos eixos de transporte para que as pessoas de menor renda estejam junto do transporte coletivo, especialmente do metrô, é uma função primordial do Estado. E a prioridade será, sem dúvida alguma, para as famílias de baixa renda. Elas terão a prerrogativa de estarem junto aos eixos de transporte público, de massa, que lamentavelmente aqui em Brasília nunca funcionou bem, mas funcionará agora com o Brasília Integrada.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 09 2008	15h10min	74ª ORDINÁRIA/COMISSÃO GERAL	38

Deputado Chico Leite, estamos fazendo, sim, uma auditoria na lista. O que se viu e o que se vê, realmente, não é agradável, haja vista que grande parte das pessoas contempladas muitas vezes já tem casa, e elas são automaticamente retiradas da lista. Temos critérios específicos para evitar favorecimentos, quer sejam políticos, quer sejam de qualquer outra natureza. Queremos, sim, absoluta transparência na lista. V.Exa. sabe que cancelamos dois editais para as cooperativas, com o beneplácito e o acordo do Deputado Batista das Cooperativas. Oitocentas ou talvez até mais cooperativas se inscreveram, porém sequer vinte ou trinta, sei lá, conseguiram ser credenciadas, porque os critérios foram extremamente rigorosos.

Em comum acordo com o Deputado Batista das Cooperativas e o próprio Governador Arruda, estamos privilegiando, sim, as cooperativas em Samambaia, em Santa Maria, no Gama e onde mais for necessário, as cooperativas sérias, as que realmente têm condições de atender às aspirações dos seus cooperados. Há pouco, estive em uma reunião com três cooperativas que, por sinal, foram as que desenvolveram Águas Claras quando, naquela época, ninguém queria morar lá. Aliás, diga-se de passagem, em vez de morarem em Águas Claras, uma área totalmente urbanizada com metrô na porta, as pessoas preferiram invadir Vicente Pires. Essa é a pura verdade.

Deputado, precisamos trabalhar e muito, primeiramente para impedir novas ocupações. V.Exa. não deve ter visto nenhuma ocupação no Governo Arruda, até porque há todo um sistema de fiscalização com mecanismos bem mais sofisticados, via satélite. Esse conceito de que não permitiremos, em hipótese alguma, novas invasões e regularizaremos, sim, as que estavam até dezembro de 2006, é um compromisso do Governador Arruda. Absolutamente, não há viés demagógico algum e, muito menos, qualquer tentativa de capitalização política. V.Exa. sabe, sobretudo, que sessenta por cento ou mais dessas ocupações irregulares que existem no Distrito Federal são de baixa renda, e não de classe média nem de classe média alta. Essas pessoas são a nossa prioridade. Trabalharemos ativamente para atender a esses anseios.

Talvez a habitação seja o maior problema. Daí a criação de uma secretaria específica, a criação da CODHAB, com pessoal técnico capacitado e sério, a fim de termos uma política habitacional consistente e, principalmente, transparente.

Quero também dizer a V.Exa. que todo o nosso plano de preservação de toda a memória arquitetônica, tanto de Brasília quanto de Planaltina, está contemplado no PDOT. Realmente, V.Exa. tem razão. Estão destruindo a memória da cidade de Brasília, do Distrito Federal. V.Exa. sabe muito bem que uma cidade sem memória é uma cidade sem futuro. Portanto, precisamos preservar essa condição.

O Plano Diretor de Ordenamento Territorial é apenas um indicativo, mas é fundamental para o desenvolvimento e o direcionamento do processo de crescimento, porém fundamentais serão os planos setoriais de transporte, habitação,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 09 2008	15h10min	74ª ORDINÁRIA/COMISSÃO GERAL	39

saneamento básico, diretrizes do lixo e assim sucessivamente, inclusive a questão financeira, que tem de estar lastreada ao orçamento público, discutido dentro da comunidade. Por isso talvez não tenhamos todos os instrumentos neste momento. No entanto, tenho a certeza de que, na medida em que o texto do PDOT for distribuído e amplamente conhecido, teremos sim um amplo debate.

Tenho participado de várias reuniões em que as pessoas sequer leram o texto que foi disponibilizado, tanto por escrito quanto pela internet. São textos completos com mapas e tabelas, fundamentais para o entendimento do PDOT.

As áreas verdes, que aqui foram consideradas como unidades de conservação, lamentavelmente estão cercadas. Senhores, qualquer coisa que não tem uso se deteriora. Uma casa sem uso tende a cair. O mesmo acontece com as unidades de conservação e os parques: se não os equiparmos de uma maneira adequada, de forma que a população possa usufruir deles, sem dúvida alguma perderemos essas unidades de conservação e esses parques para novas invasões. Não queremos que isso aconteça. É claro que, quase todos os dias, retiramos várias famílias dessas unidades. Porém, o ideal é que elas sejam bem utilizadas como área de lazer pela população, o que é importante para que ela possa ter uma qualidade de vida cada vez maior.

Na última reunião de orçamento com todos os secretários, o Sr. Gustavo Souto Maior reivindicou recursos para a manutenção e o equipamento de todos esses parques. Ele tem todo o nosso apoio. É fundamental que esses parques sejam, sim, monitorados e utilizados adequadamente, para que possamos, sim, proporcionar uma ótima qualidade de vida à população de Brasília.

O Plano Diretor de Ordenamento Territorial tem de ser, sobretudo, um instrumento para melhorar as condições de vida de toda a população – não só de segmentos – e para nivelar um pouco mais as rendas tão díspares com que me defrontei no Distrito Federal. Esta é a tarefa mais difícil, talvez seja o maior desafio, porém eu e minha equipe assumimos essa responsabilidade com muita galhardia, com muita vontade de fazer e, principalmente, com muito respeito à população de Brasília. Isso eu faço questão de dizer.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) – Agradeço a presença dos nossos companheiros: Líder do Governo, Deputado Leonardo Prudente; Deputado Chico Leite; Deputado Batista das Cooperativas. Também agradeço a presença do Sr. Secretário Cássio Taniguchi; dos membros do CONPLAN; do Dr. George Guilherme Francisconi; do nosso presidente do IBRAM, Sr. Gustavo Souto Maior; de todos os técnicos que compõem a SEDUMA e a Secretaria de Habitação; dos amigos e assessores da Câmara Legislativa; dos nossos convidados que tiveram a paciência de ficar conosco até agora. Muito obrigado.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 09 2008	15h10min	74ª ORDINÁRIA/COMISSÃO GERAL	40

Renovo o convite para que, amanhã, estejamos aqui com as presenças de todos os convidados, do Secretário de Habitação, Sr. Paulo Roriz, e do Sr. Presidente da CAESB.

Concluídos os trabalhos desta Comissão Geral, declaro encerrada a presente comissão, bem como a presente sessão ordinária.

Muito obrigado.

(Levanta-se a sessão às 17h55min.)